

O 1º Congresso e a crise do governo Collor

Por onde ele pãssa,...



Agência Folhas/Roberto Jaime

Esta publicação é de caráter interno ao PT e distribuída única e exclusivamente aos seus filiados

Nº 255
Novembro 1991
Cr\$ 600,00

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

Uma crítica ao "Projeto para o Brasil"

O socialismo e o "moinho satânico"

Uma revolução na organização do PT

O caos e a nova ordem

Não por mera coincidência, a crise nacional colocou no leme da nau brasileira um governante que é pura expressão das "virtudes" mais explícitas das classes dominantes. Collor pragueja e corrompe, o alto empresariado pragueja e especula: imagens de um mesmo Narciso às avessas.

Qual o tamanho do abismo? Que ele é maior do que o governo Collor já sabemos. Sentimos na pele. Será o PT - e o que este partido representa no sentido mais amplo de história, a classe trabalhadora - maior que a crise?

Apalavra está com o 1º Congresso do PT. Atraves de um balanço do debate sobre socialismo e estratégia, da crítica à tese "Um projeto para o Brasil", da apresentação de propostas orgânicas para criar uma nova vida para o PT apostamos em uma resposta positiva à pergunta. É quase uma lei: quanto maior a crise, mais o partido da contra-ordem deve representar a possibilidade de uma nova ordem, socialista.

Raul Pont segue na série de artigos que desenham uma nova figura para o sistema de representação no Brasil. Desta vez, um artigo em defesa do unicameralismo. Uma tardia mas absolutamente necessária abordagem de balanço e perspectivas do 4º Congresso da CUT é publicada.

Eduardo Albuquerque retoma a polêmica **plano e mercado** na tréplica a Luis Koshiba e Jorge Nahas, cujos artigos foram publicados na edição 253. Uma segunda parte da resposta de Eduardo, que aborda os desafios de uma terceira alternativa à planificação burocrática e ao mercado, será publicada na próxima edição. No centenário de Gramsci, publicamos uma entrevista com Edmundo Fernandes, professor da Unicamp e autor de uma tese de doutorado sobre o comunista italiano.

A edição finaliza com um balanço do 1º Congresso da FSLN e uma crítica da nova encíclica papal.

O anti-Collor



Faça já a sua assinatura pelo telefone (011) 220 71 98

Índice :

03 | Congresso : O socialismo petista e a quadratura do círculo - Juarez Guimarães

06 Nacional : República parlamentar e unicameral - Raul Pont

07 | Congresso : Uma crítica ao "Projeto para o Brasil" - José Correa

9 CUT : O 4º CONCURTO e seu futuro - Gustavo Codas e Marilane Teixeira

11 | Congresso : Asas feministas - Fernanda Estima

12 | Congresso : Oito fases de uma revolução

14 Polêmica : O socialismo e o "moinho satânico" - Eduardo Albuquerque

18 Socialismo : Gramsci e nós - Entrevista de Edmundo Fernandes Dias

21 Nicarágua : Um balanço do I Congresso - Eric Toussaint

24 Religião : Roma contra Wall Street ? - Michel Lowy

O "socialismo" petista e a quadratura do círculo

Juarez Guimarães

Um espectro ronda o 1º Congresso do PT: a crise do governo Collor. Independente até da vontade de seus participantes, o metro a partir do qual será historicamente avaliado o 1º Congresso dependerá da resposta à seguinte questão: criou ele as condições para o PT se transformar na liderança, pólo de aglutinação e agente catalizador de um movimento para a superação da crise da sociedade brasileira?

O risco, às vésperas do 1º Congresso, é que a borboleta, aspirada por uma corrente de debates necessários mas travados de forma excessivamente doutrinária, acabe não pousando no Brasil real.

Socialismo Petista

O debate sobre a concepção de socialismo, que centralizou as energias de toda a primeira fase de preparação do Congresso, corre o risco de não produzir uma síntese que vá muito além do acúmulo partidário expresso no documento "socialismo Petista", aprovado no 7º Encontro Nacional.

Um primeiro registro das convenções zonais, municipais e estaduais já realizadas indicam que toda a retórica crítica e revisionista da tradição socialista inspirada no marxismo - gravada na tese "Um projeto para o Brasil" - encontrou pouquíssimo eco nas bases partidárias. Não criou uma "nova maioria" de idéias: antes está servindo como elemento de reanimação das concepções socialistas e da cultura classista do PT que exatamente pretendia combater.

Porém, o próprio campo que o debate foi agressiva e articuladamente colocado no início limitou bastante a riqueza de suas conclusões: uma postura ideologicamente defensiva (bem acolhida inclusive na mídia, interessada em difundir lugares comuns contra o marxismo e o socialismo), um pressuposto equivocado (a idéia de que a cultura do PT poderia ser identificada à tradição da II Internacional, III Internacional ou, pior ainda, de influência estalinista) e uma meta anti-histórica (o objetivo de refundar a tradição do PT e não aprofundá-la, a partir de sua própria originalidade).

Várias teses no espectro da esquerda partidária foram construídas em reação a esta ofensiva que propunha a "refundação do PT". A **Convergência Socialista** e **O Trabalho** optaram pela defesa e reafirmação do PT classista identificado às suas origens (em certa medida idealizada). O campo formado pelas tendências **Força Socialista**, **Tendência Marxista** e vários agrupamentos independentes e intelectuais marxistas optaram pela ênfase no plano doutrinário e de princípios da tradição revolucionária.

O valor ideológico destas contribuições - apesar do viés sectário contido nas teses da **Convergência Socialista** e **O Trabalho** - não deve ser de forma alguma subestimado. Mas são claramente insuficientes - pela própria angustiação que adotaram - para dotar o PT de uma capacidade para disputar ideologicamente à nível de massas os princípios socialistas que defendemos.

Idéias força

O **Socialismo Petista** só se transformará em "idéias - força" - idéias possíveis de serem partilhadas por milhões e moverem o mundo - se dialogarem criticamente com o real. O **Socialismo Petista** deve ser, antes de tudo, a crítica do Brasil real e das idéias que nele predominam.

Porisso, além de incorporar a nossa crítica radical à experiência do Leste Europeu, ele deve ser capaz de:

- 1) polemizar, isolar e derrotar o campo de idéias neoliberal;
- 2) disputar concretamente os princípios e os pressupostos que devem orientar a superação da crise da sociedade brasileira.



Temos, neste sentido, um profundo acordo com o ponto de partida exposto pelo companheiro César Benjamin tanto em sua palestra no seminário promovido pelo Instituto Cajamar (e editado no livro **Estratégia Uma saída para a crise**), como em seu artigo mais recente "Reforma e Revolução" publicado no último número da revista **Teoria e Debate**. Diz ele neste artigo, que o debate predominantemente no Congresso do PT "tem servido para encobrir um vasto silêncio sobre nossa própria alternativa à crise nacional, que se aprofunda com rapidez".

O **Socialismo petista**, neste sentido, deve ser o pressuposto do programa democrático - popular, do nosso programa estratégico para a superação da crise brasileira a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Quatro ou cinco idéias básicas que devem se tornar uma verdadeira marca do nosso partido - as cinco pontas da estrela, na boa imagem do companheiro César Benjamin - e se tornarem populares.

O enigma do Estado

O tema central em disputa - a primeira ponta da estrela - é a relação entre o Estado brasileiro e a saída da crise.

Isto é certo do ponto de ideológico: na ausência de uma economia capitalista dinâmica, o anti-estatismo é o grande veio demagógico de popularização das idéias neoliberais no Brasil.

É verdade do ponto de vista estratégico: o Estado, por meios diferentes daqueles usados no período da ditadura militar, é o grande obstáculo à democratização da sociedade brasileira.

É também correto no sentido político: as diversas soluções e modelos propostos para a solução da crise do governo Collor configuram o grande eixo dos alinhamentos na conjuntura atual.

Vale, por fim, no que diz respeito ao "senso comum" popular: a desconfiança, a crítica, a insatisfação diante do Estado é o sentimento mais disseminado hoje no Brasil.

Por tudo isto, se o PT não se capacita a apresentar uma alternativa programática global à crise do Estado brasileiro,

Deslocada para o céu da doutrina, a síntese sobre o "socialismo petista" corre o risco de não intervir no debate ideológico sobre os rumos da sociedade.

Se o PT não apresentar uma alternativa global à crise do Estado brasileiro, perderá os fundamentos de uma vitória ideológica contra o neoliberalismo.

I CONGRESSO

ele perderá os próprios fundamentos de uma vitória ideológica contra o neoliberalismo.

Mercado e controle social

O documento "Socialismo Petista" aprovado no 7º Encontro dedica apenas um parágrafo em seu item II ao tema da "Construção de uma efetiva democracia econômica". O que é muito pouco para enfrentar uma ideologia que não apenas tem seus fundamentos doutrinários sistematizados, um exército de propagandistas e um batalhão de divulgadores.

Falta aos sindicalistas brasileiros uma tradição de crítica ao mercado altamente monopolizado existente no Brasil. E, na ausência desta crítica, falta legitimidade até para propor uma "crítica da economia política" do capitalismo realmente existente no Brasil. O debate fica encerrado nas alternativas de administração da crise nos parâmetros colocados pela ordem ou na resistência corporativas a seus efeitos.

E, no entanto, o rei apresenta-se completamente nu a seus súditos. Nunca foi tão fácil fazer a crítica de massas do capitalismo brasileiro em sua lógica global e absurda, em sua coerência e irracionalidade do ponto de vista das maiorias trabalhadoras.

Sistematizar esta crítica em aguda polêmica com o neoliberalismo deve ser a segunda grande tarefa dos delegados ao 1º Congresso no tema do socialismo. É ela, a sua massificação que nos permitirá dar legitimidade a um amplo movimento por reformas estruturais na economia brasileira.

Qual civilização

Toda a crise econômica do país expressa-se em uma disputa de valores da civilização.

Os adeptos do neoliberalismo procuram disputar estes valores a partir da idéia de modernidade, noção que vem associada à imagem dos países do capitalismo central. Mas a grande diferença no uso da idéia de "modernização" como

é apregoada agora em relação ao período do nacional-populismo é que a proposta de um novo surto de modernização conservadora praticamente dissolve o conceito de nação em favor do acento ainda maior na cultura do "apartheid social".

Seria interessante pesquisar os vários caminhos através dos quais a violenta desigualdade transforma-se em uma "cultura da diferença": escolas e hospitais privados e de elite, condomínios fechados, culto de um consumismo sofisticado na rota dos grandes centros internacionais, leitura diferencial da aplicação dos direitos humanos (na qual o negro aparece como o grande outro da sociedade brasileira).

Não será com um recurso a uma ética abstrata e evasiva que travaremos esta verdadeira disputa de valores de civilização em curso na sociedade brasileira. O discurso sobre a "fraternidade, igualdade e liberdade", despido de qualquer conotação de caridade, tem de ser concretamente enraizado nos grandes fatos nacionais e ser fonte de iniciativas e demandas concretas de conquistas civilizatórias contra o racismo discriminatório e a opressão das mulheres.

A disputa neste campo - com as iniciativas decorrentes - é a única que pode permitir o despertar utópico da grande massa dos trabalhadores, retirar o PT de seu isolamento cultural, conformando um grande arco social que vai da inteligência científica, da sensibilidade artística, das diversas expressões do humanismo à indignação classista mais imediata com os grandes desastres nada naturais produzidos pelas classes dominantes.

Há ainda tempo para produzir no 1º Encontro um manifesto ao povo brasileiro, uma espécie de "Socialismo Petista" nº2, que partindo dos pressupostos do documento aprovado no 7º Encontro mas sem o seu tom abstrato e ainda defensivo, constitua-se no grande instrumento de ofensiva ideológica contra o neoliberalismo e esta anti-civilização produzida pelo capitalismo brasileiro.

Disputar concretamente os valores de civilização que estão em jogo com o neoliberalismo para permitir o despertar utópico da sociedade e retirar o PT de seu isolamento cultural.

Silêncio da estratégia, impasse da tática

A dinâmica dos debates do 1º Congresso e o próprio conteúdo em geral das teses inscritas não aprofundaram o tema da estratégia partidária. Na própria configuração final da pauta do Congresso, o tema estratégia tornou-se um sub item do ponto "O socialismo e os caminhos de sua construção".

O crescente silêncio sobre a estratégia no curso dos debates do 1º Congresso foi de fato uma vitória daquelas correntes mais identificadas com uma perspectiva institucional de ação partidária. O velho lema do reformista social-democrata alemão Edouard Bernstein de que "o movimento é tudo e o objetivo é nada" foi retomado, com cores mais modernas, para desqualificar o próprio sentido do debate sobre a estratégia: o termo, de origem militar, induziria a uma visão determinista de antecipação do futuro, finalista ou mesmo instrumental da política.

O silêncio tem, porém, o seu preço. Ao não formular um campo estratégico - um conjunto, de objetivos e de linhas de ação coerentes e articuladas, projetadas no espaço e no tempo da crise brasileira - o PT não problematiza e formula respostas para as seguintes questões fundamentais já amplamente diagnosticadas:

- Como inverter a tensão institucionalizante da prática e da organização partidária que tem se manifestado com força principalmente nos últimos anos;

- Como superar a distância crescente - que às vezes manifesta-se até em posicionamentos contraditórios - das esferas de atuação do PT e da CUT;

- Como compatibilizar a disputa do governo do país com o processo explosivo da crise do governo Collor.

A última reunião do Diretório Nacional é uma demonstração cabal de que o silêncio sobre a estratégia conduz ao impasse na tática. Os dois documentos principais apresentados "A transição e a crise" e "Diretrizes para a elaboração de um programa de governo do PT", para além de

eventuais virtudes específicas, somam impotências sobre o que fazer agora. O primeiro, baseado em uma análise de cenários possíveis de desdobramentos da crise de governo e de correlações de forças, indica um caminho de atuação ainda nos marcos do calendário institucional. O outro, como o próprio nome indica tem as características de um programa de governo: e até lá?

Ponte suspensa

A crise do governo Collor, mais além de ser um sinal de desgoverno ou ingovernabilidade, é um ponto de concentração de todos os demônios da crise nacional de dimensões históricas que abala o país: o verdadeiro ponto de passagem entre a tática e a estratégia petista. Sem atuar sobre ela não há passagem para o futuro; mas por sua amplitude não há como atuar sobre ela sem ter um projeto para o futuro.

Em poucas palavras, a perspectiva a partir da qual o PT deve intervir sobre a crise do governo Collor é a de vincular a sua solução a uma democratização radical do Estado brasileiro. Esta, por sua vez, deve ser entendida como pressuposto e instrumento para impulsionar reformas estruturais que levem à superação da crise nacional a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

Mandato e democracia

Esta perspectiva concretiza-se, em primeiro lugar, na crítica veemente daqueles posicionamentos que qualificam de golpe qualquer proposta de antecipação do fim do mandato de Collor, por via do impeachment ou de outro mecanismo constitucional. Tal posição é mais atrasada até do que o ponto de vista que está escrito nas Constituições liberais: a possibilidade excepcional de revogação do mandato conferido por voto é sempre prevista (lembramos, por exemplo, o escândalo de Watergate - e o impeachment de Nixon). E na nossa concepção de democracia, o controle da delegação de poder deveria ser qualitativamente maior do que o previsto

A crise do governo Collor é ponto de concentração dos demônios da crise nacional: o verdadeiro ponto de passagem entre a tática e a estratégia petista.

na tradição liberal.

Ora, o descrédito, o desgaste, a corrupção do governo Collor é tão profunda que até mesmo um fórum tão conservador como o Conselho da Fiesp chegou a discutir a possibilidade de abreviar o seu mandato temendo uma espiral incontrolável e explosiva de desgoverno no futuro imediato. A lógica de acusação de golpismo - como expressa, por exemplo, pelos "bombeiros" do PSDB - reflete menos uma concepção democrática e mais o desejo de resolver a crise por cima, através de uma ampliação da base do governo Collor via parlamentar, às costas da população.

A melhor forma de combater esta retórica conciliadora é fugir do casuismo de pretender resolver a crise do governo Collor em si mesmo, sem entender que ela é expressão da própria crise do Estado. Daí que a defesa do fim imediato do governo Collor deva vir acompanhada da proposta de um outro regime político.

República Democrática e Popular

O acúmulo de debates no interior do PT vem apontando para uma noção majoritária do que deveria ser a proposta de democratização radical do Estado, ou seja, da "República democrática e popular" que queremos fundar.

Ela implica, em primeiro lugar, na superação da tradição presidencialista mas se distancia do "parlamentarismo de conciliação" já que transfere o centro do poder para um Parlamento unicameral (ver artigo de Raul Pont na página 6), com representação proporcional, com base numa legislação e partidária que corrija as profundas distorções vigentes.

Implica, em segundo lugar, na superação da tutela e do corporativismo militar sobre o Estado criando, ao invés, o controle da sociedade sobre as Forças Armadas, redefinidas em suas funções e estruturas. (Ver por exemplo, a boa sistematização de propostas sobre este item contido no documento "Diretrizes para a elaboração..." apresentado ao Diretório Nacional).

O desafio das ruas

O retorno do PT às ruas é proposto com veemência no Manifesto que Lula dirigiu ao I Congresso do PT.

As ruas, no entanto, nunca estiveram tão exigentes. A crise do país é hoje mais profunda e a disputa ideológica mais intensa. Há frustrações acumuladas, sonhos e expectativas que não se confirmaram.

O que o PT tem a propor à sociedade brasileira?

A proposta estratégica do PT deve ser a criação de um movimento democrático popular cujo objetivo é conquistar reformas estruturais profundas no Estado, na economia e na sociedade brasileiras.

Sentido das ruas

A construção do movimento democrático-popular responde a três necessidades estratégicas.

Em primeiro lugar, a de instalar uma ponte permanente de mútuo estímulo entre as iniciativas na institucionalidade e o movimento de massas. Em síntese, permite dar uma dimensão de massas às ações no campo da institucionalidade e uma dimensão política às lutas de caráter corporativo.

A segunda é a de criar um campo de colaboração permanente entre sindicatos, associações de moradores, estudantes, de mulheres, movimento negro, administrações populares e mandatos parlamentares em torno a iniciativas comuns. O atual fracionamento, a perda de uma visão global e, às vezes, até o choque entre entidades e instituições dirigidas por petistas é um dos aspectos mais evidentes de nosso impasse estratégico atual.

Por fim, cria uma dinâmica frentista permanente entre os vários partidos e correntes (PT, PCB, PC do B, PSB) vinculados aos trabalhadores e setores populares.

A construção deste movimento estratégico permitirá abordar os impasses estruturais da CUT, premiada historicamente entre uma prática com traços corporativos muito fortes e a dificuldade de trilhar um caminho de politização.

Objetivo das ruas

Expressando-se em emendas constitucionais, contendo justificação e detalhamento claros, as propostas de reformas

propõe, em terceiro lugar, a democratização e controle pela sociedade dos meios de comunicação de massa, que instrumentos de manipulação ideológica poderiam passar a alavancar uma cultura democrática de massas no país.

Por fim, propõe a transferência para a gestão social direta de funções, fundos e empresas estatais através de mecanismos mistos de democracia direta e representativa dos trabalhadores.

Voz das ruas

Tal perspectiva de incidir sobre a crise do governo Collor relaciona-se, expressa-se, combina-se com a institucionalidade vigente - a Constituição e o Congresso - mas, por sua própria natureza coloca o seu centro de gravidade nas ruas. Não é apenas uma maneira de fugir ou deslocar-se da situação adversa vigente no Congresso Nacional, dominado por uma maioria conservadora: o modo, o processo pelo qual será definida a solução da crise do governo Collor está inevitavelmente vinculada ao seu caráter democrático.

A proposta do PT deve ser a de que todas as decisões fundamentais sejam objeto de plebiscito, referendo ou eleições diretas. Mesmo que a maioria conservadora do Congresso obstaculize esta opção, resta ao PT e às forças populares amplas possibilidades de mobilização via emendas populares, como está previsto inclusive na própria Constituição.

Não podemos concordar com cálculos com o futuro que trabalhem com a idéia de uma correlação de forças congelada. Já temos experiência - a campanha das diretas, a campanha de Lula à presidência, a experiência de greves gerais - de como elas podem sofrer deslocamentos neste ambiente explosivo da crise nacional. O caminho das ruas é, assim, a ponte para o PT ir criando as condições de organização, consciência, aliança e força institucional para ser governo do país.

estruturais devem de modo coerente abarcar os grandes problemas cotidianamente vividos pelas classes trabalhadoras.

A primeira proposta de reforma estrutural abarcaria exatamente a democratização radical do Estado, incidindo diretamente sobre o problema número um do país: o governo Collor.

A segunda deveria incidir sobre a fome e a subnutrição através de uma reforma agrária e de uma política agrária, como já foi inclusive acumulado pelo Movimento dos Sem Terra e pelo PT.

A terceira proposta teria um conteúdo distributivo explícito, em ampla escala, abarcando um controle radical dos preços praticados pelo capital monopolista, a elevação significativa dos salários, a redução drástica dos juros cobrados pelo capital financeiro e a penalização tributária das rendas do grande capital. Tem o claro sentido de ser uma alternativa à política econômica neoliberal e visa criar um campo nacional comum de lutas para a CUT.

A quarta proposta, de caráter anti-imperialista, visaria a convocação de um plebiscito nacional pelo não pagamento da dívida externa e a reconversão dos pagamentos correntes dos juros em gastos na área de saúde e educação.

A quinta proposta nos remete à luta contra a opressão das mulheres, nos vários planos em que esta opressão ocorre. Ela teria a função de colocar em movimento um vasto setor da classe trabalhadora, de incorporar reivindicações que vão desde a superação da discriminação específica no local de trabalho até o debate público de temas tabus como a legalização do aborto.

A sexta proposta abarcaria a adoção de políticas alternativas que alterem de forma estrutural a inserção social do negro no Brasil, envolvendo mudanças no mercado de trabalho, acesso à educação e respeito por sua cultura e identidade.

A constituição do movimento democrático-popular criaria, por fim, também um campo favorável para o desenvolvimento de várias iniciativas-chaves de construção partidária, que vão da conquista de um novo dinamismo para os núcleos à afirmação e crescimento da imprensa partidária.

Criar um movimento democrático-popular cujo objetivo será a conquista de reformas estruturais profundas no Estado, na economia e na sociedade.

A defesa do fim imediato do governo Collor deve vir acompanhada da proposta de uma democratização radical do Estado.

República parlamentar e unicameral

Raul Pont



O Senado tem hoje o poder absurdo de vetar aquilo que porventura tenha sido aprovado na Câmara.

A concepção parlamentar corresponde mais ao nosso projeto de sociedade socialista, onde o espírito solidário e coletivo sobreponha-se ao personalismo e ao individualismo.

Na medida em que se avizinha a realização de um plebiscito nacional sobre revisão constitucional, mais urgente se coloca a necessidade do PT ter uma posição global sobre estes aspectos da reforma do Estado.

A discussão tem sido feita estanque e atomizada ora privilegiando a questão do sistema eleitoral, ora se somos parlamentaristas ou presidencialistas.

Este artigo visa colaborar com esse debate defendendo um ponto de vista, justificando-o para o conjunto do partido para que potencialisemos massivamente a proposta assumida.

O plebiscito prevê a possibilidade do regime monárquico. Entendemos que, sobre isso não há necessidade de maior debate no partido, pois esta proposta coaduna-se mais com desfile de escola de samba do que com uma alternativa séria para o fim do segundo milênio.

A questão do regime parlamentar é mais complexa. Temos um século de República e uma identificação muito grande com a idéia de que este modelo foi responsável na América Latina pela emergência das massas na política através dos grandes confrontos em eleições presidenciais.

O populismo foi um exemplo disso. Cárdenas, Peron, Vargas e outros menos cotados são símbolos de campanhas presidenciais onde as massas populares até então marginalizadas da política passavam a influir através de lideranças carismáticas, messiânicas e modernizadoras de países oligárquicos e arcaicos.

Se isso não bastasse, no caso brasileiro, a história aponta para o "parlamentarismo às avessas", isto é, fraudado, elitista e excludente na sociedade escravocrata da época imperial. Em momento mais recente, o parlamentarismo lembra o compromisso entre as frações da classe dominante em 1961, com o impasse da renúncia de Jânio Quadros.

São experiências históricas negativas, mas que não invalidam a tese parlamentarista pois poderíamos arrolar um grande número de situações nas quais o presidencialismo foi responsável por graves derrotas impostas ao movimento popular: derrotas políticas e criação de ilusões nas figuras messiânicas, "salvadoras da pátria" que não apenas alimentam o culto a personalidade como, cada vez mais, são criações da mídia eletrônica e do poder econômico monopolizadas em algumas empresas.

Razões do parlamentarismo

A defesa do parlamentarismo, responde questões estratégicas e táticas.

No primeiro plano, a concepção parlamentar, de composição colegiada corresponde muito mais ao nosso projeto de sociedade socialista, onde o espírito solidário, coletivo, se sobreponha ao personalismo e ao individualismo.

O regime parlamentar além de mais democrático e coletivo, rompe com a falácia ideológica da burguesia sobre a divisão dos poderes que busca esconder o conteúdo de classe do Estado, através da "harmonia" e "independência" dos poderes. O parlamento como "poder supremo" delegado pela soberania popular encerra no Legislativo também as responsabilidades de governo, fortalecendo o sistema representativo partidário e facilitando a conscientização de formas superadoras do sistema atual. Neste sentido, o parlamentarismo favorece o controle partidário sobre os eleitos, a revogabilidade dos mandatos e o maior controle da sociedade sobre o governo.

No plano tático, o parlamentarismo pode ser um forte instrumento de limitação do tradicional poder "imperial" do presidencialismo brasileiro, principalmente agora quando, com a convivência do Congresso, a figura da medida provisória revive na prática o decreto-lei do regime militar.

Com toda a subserviência da maioria do atual Congresso, o crescimento dessa idéia poderá ser um cuteto pairando, sobre o governo Collor, limitando-lhe o caráter autoritário.

O Senado no Brasil é um resquício anacrônico do bicameralismo do Império, onde a "Câmara Alta" vitalícia e indicada pelo Imperador não passava de um organismo de cooptação legitimador do conservadorismo agrário e escravocrata do regime imperial.

A República copiou a experiência norte-americana de duas câmaras - Senado e Câmara - mas com uma base histórica totalmente inversa. Lá, a União foi formada a partir de Estados membros ciosos de sua soberania e que deram ao governo central limitados poderes de legislar. No Brasil, na prática, o Estado federativo republicano continuou, na essência, unitário e centralizador como era o Império, principalmente nos últimos 50 anos.

Após o golpe de 64, ampliou-se a representação dos Estados - três Senadores por Unidade da Federação - aumentou também o número de Estados mas cada vez mais o papel federativo foi sendo secundarizado. A política externa, a tributação fiscal, a política de investimentos na infraestrutura até a segurança pública e as Forças Armadas foram altamente centralizadas na União.

Assim, ao mesmo tempo que a representação federativa aumentava em número, perdia sua razão de ser pela tendência centralizadora da lógica capitalista no país e do caráter cada vez mais unitário do Governo Federal.

O Senado começou, então, a ampliar seu papel legislativo naquilo que competia a Câmara como representação da cidadania.

A Constituição de 1988 manteve e até alargou essa tendência, fazendo com que o Senado numa série de competências que deveriam ser exclusivas da cidadania cumprisse um papel de obstaculizar, de vetar iniciativas da Câmara. O cumprimento de papéis idênticos na competência legislativa torna o Senado uma arma privilegiada do conservadorismo e, principalmente, um instrumento de distorção da realidade eleitoral e de sua proporcionalidade representativa.

Anacrônico e superado

A representação na Câmara já é a mais desproporcional do mundo (ver artigo em Em Tempo nº 253). O sistema bicameral exarceba isso mais ainda, pois todas as matérias que interessam - tributação, orçamento, medidas provisórias, vetos, etc... - passam pelas duas casas. O Senado, no qual Roraima com 250 mil habitantes tem o mesmo peso dos 33 milhões de habitantes de São Paulo, tem então o poder de obstaculizar ou vetar aquilo que porventura tenha sido aprovado na Câmara.

Podemos agregar a isso o caráter irracional, vagaroso, e altamente custoso aos cofres públicos da manutenção de um bicameralismo anacrônico e superado. A tramitação normal de um projeto nessas condições leva nos para sua aprovação pelo Congresso. A possibilidade de revisão por uma ou outra Casa, os Regimentos Internos intrincados e feitos para permitir mil recursos, retiram a agilidade e o caráter que deve ter qualquer parlamento como o imaginamos.

Nesse sentido, urge massificar uma campanha de propaganda educativa, para que o PT e as forças populares se preparem para, na Reforma Constitucional, ou antes disso se forem aprovadas Emendas Constitucionais que antecipam o plebiscito, extinguiamos o Senado com estas características atuais.

Na Reforma do estado que defendemos, o unicameralismo com uma assembleia nacional e popular com os números de hoje é suficiente para termos um regime parlamentar mais democrático e eficaz do que o autoritarismo imperial do regime atual. □

Raul Pont é deputado federal pelo PT/RS.

Uma crítica ao “Projeto para o Brasil”

José Correa

A tese *Um projeto para o Brasil* (PPB) é a expressão de um processo de recomposição política envolvendo algumas correntes do PT, que vem se desenvolvendo há pelo menos dois anos. No seu centro, encontramos o rápido processo de abandono e crítica do marxismo por parte da tendência “Nova Esquerda”, que atua como catalizadora de outros processos de deslocamento político, acelerados pelos acontecimentos em curso, neste período, no Leste Europeu.

Mas o PPB incorpora outros setores: o setor da “Vertente Socialista” liderado por Augusto de Franco, o grupo PT Vivo que tem forte peso na administração de São Paulo, o grupo Democracia Radical do Rio (Carlos Nelson Coutinho, entre outros); vários militantes da Articulação (que assinam a tese em segunda opção, para compatibilizarem seu apoio ao PPB com a permanência na tendência majoritária) e um setor oriundo da Igreja, referenciado em Plínio Sampaio e em Irma Passoni, que se afasta de várias das posições mais características da Teologia da Libertação.

O exame dos apoiadores do PPB e o seu fraquíssimo desempenho no processo de eleição de delegados para o I Congresso mostram a sua ausência de bases reais na classe trabalhadora (e, antes de tudo, no movimento sindical, como ficou expresso na presença infima de delegados identificados com tendências como a “Nova Esquerda” e a “Vertente Socialista” no IV CONCURTO, cerca de 2% do total) e a sua sustentação principalmente por parlamentares, pessoal das administrações municipais petistas e intelectuais. Abarcando militantes de expressão pública do partido, sua importância política ultrapassa o peso que obtiveram nos encontros.

Em primeiro lugar, porque ela sistematiza posições que já existiam no PT, de forma difusa, desde há muito. Ninguém pode deixar de reconhecer a trajetória coerente com as idéias aí expostas de alguns dos signatários, como Plínio e Irma. Pode-se mesmo dizer que se o PPB não existisse teria que ser inventado, porque expressa as posições que vem sendo defendidas na prática por todo um setor do P.T. profundamente inserido na institucionalidade e confrontado com a cultura política classista dominante no partido.

Em segundo lugar, porque o PPB - apesar de dotado de uma certa coerência interna - tem que compatibilizar sensibilidades das mais variadas origens, que não dispõem de uma tradição comum da qual possam se reclamar. O documento trabalha sempre idéias vagas, seus conceitos não conseguem ganhar precisão, fórmulas genéricas sucedem-se umas às outras sem nunca atingir a realidade viva. Não é possível reconhecer o Brasil real nesta tese.

O PPB surge na conjuntura de colapso do estalinismo e da onda de choque que provoca, multiplicada pelas iniciativas político-ideológicas da burguesia. É uma reflexão sobre o socialismo realizada sobre a pressão da correlação de forças mais desfavorável possível, que integra e transmite para o interior do movimento socialista esta pressão.

O PPB cumpre, assim, um papel essencialmente de desconstruir a tradição acumulada pelo PT, suas referências classistas, de partido de confrontação com a ordem, com adversários e aliados claramente estabelecidos, com uma posição amplamente majoritária simpática ao marxismo. Seus formuladores são os “novos filósofos” do PT que tentam cumprir em relação à tradição petista um papel semelhante ao que os “novos filósofos” franceses tiveram no final da década de 70 diante do marxismo naquele país: não criaram nada, mas cumpriram um papel negativo de erosão.

“A nova realidade do mundo”

Embora tenha sido batizado de *Um projeto para o Brasil*, esta tese trata na verdade de dois aspectos fundamentais: o diagnóstico da “nova realidade do mundo” e a exposição de idéias sobre o socialismo e o caminho para atingi-las sem passar pela revolução preconizada pelo marxismo. Estes temas são desenvolvidos de uma forma bastante genérica, sem entrar em maiores considerações sobre as particularidades de nossa formação social, de modo que poderíamos dizer que se aplicam a qualquer país do mundo e não apenas ao Brasil.

A análise da situação mundial empreendida pelo PPB é, sem dúvida, sua parte mais chocante para quem a lê a partir de uma formação marxista. Não há um diagnóstico dos traços centrais e dos conflitos (categoria ausente da tese) que marcam o novo quadro. A tese porém afirma que o caráter da época está em disputa (parágrafo 1). Ora, o

**Idéias vagas,
conceitos sem precisão,
fórmulas genéricas:
não é possível
reconhecer o Brasil
nesta tese.**

Socialismo e liberalismo

Há um fio condutor, um nexos interno, uma coerência presente no PPB que se sobressai, para além das fragilidades, da generalidade e das contradições presentes na tese. É uma visão de socialismo que tenta se reconciliar com premissas do pensamento liberal clássico.

Quando falamos hoje do liberalismo, logo nos vem a mente o discurso do setor mais reacionário do capital monopolista, as políticas de Reagan, Thatcher e aqui no Brasil de Collor, a negação de qualquer política social, etc. Mas esta não era a feição do liberalismo em sua fase mais progressista, no final do século XVIII e no século XIX até a revolução de 1848. É esse liberalismo que intelectuais e setores do movimento socialista buscam hoje, nas vésperas do século XXI, revalorizar.

O pensamento iluminista e liberal concorria então com o nascente movimento socialista na apresentação de uma visão utópica para a sociedade capitalista em pleno desenvolvimento. Seu ponto de partida não era o social mas o individual e a defesa das liberdades associada a uma forte visão ética e universal, que sustentava a possibilidade de

reconciliar ou harmonizar os interesses diversificados presentes na sociedade, em geral a partir de um Estado também ele universal (representante dos interesses gerais da coletividade). A utopia liberal era marcada pela ausência de atores históricos sociais concretos. Frente às injustiças que caracterizavam a sociedade capitalista, apelava-se à reformas morais e intelectuais, que poderiam conduzir ao melhor dos mundos.

Agora, face ao colapso do estalinismo e ao debilitamento geral do movimento socialista, ao desenvolvimento de um extenso movimento de crítica ao marxismo, assistimos a uma série de iniciativas que pretendem “modernizar” o pensamento socialista reconciliando-o com figuras do pensamento liberal. Isso era até certo ponto previsível, já que o caráter ditatorial dos regimes burocráticos tornava necessário a revalorização pelos socialistas das liberdades democráticas. O que é negativo neste processo é a rejeição simultânea dos pontos fortes formulados pelo pensamento socialista (e antes de tudo pelo marxismo) na

superação do liberalismo.

É o que podemos observar no PPB. O texto não é marcado apenas pela valorização da democracia, das liberdades, do livre desenvolvimento individual, mas também pela negação dos conflitos de interesses, classes (exploradores e explorados) e país (imperialistas e dependentes); pelo discurso dos valores ético-morais-universais desencarnados das forças sociais concretas capazes de implementar sua materialização; pela rejeição da revolução como ruptura e negação radical de toda a ordem estabelecida; pela ressurreição da figura de um Estado universal.

O PPB não é uma expressão isolada deste processo de revalorização do pensamento liberal no movimento dos trabalhadores. Ele vem se desenvolvendo no plano teórico-ideológico a nível internacional há alguns anos. Perry Anderson registra em “As afinidades de Norberto Bobbio” (publicados nos Estudos Cebrap nº24, p.16) que estamos presenciando uma “leva bastante significativa que busca sintetizar tradições liberais e socialistas”.

I CONGRESSO

colapso do estalinismo e as vitórias obtidas pela burguesia imperialista através da implementação de políticas neoliberais ao longo dos anos 80 tiveram como resultado uma importante alteração da correlação de forças a favor da burguesia e contra os trabalhadores e todos os países dependentes do sistema capitalista internacional.

Vivemos, a nível internacional, uma época de reação, que não está prometendo democracia nem prosperidade, mas regressão social, obscurantismo e miséria para 80% da humanidade. A derrubada do estalinismo, das ditaduras parasitárias que nada ofereciam de progressivo a seus povos, era necessária e não devemos nos lastimar por sua morte, mas a introdução do capitalismo na Europa Oriental e a sua integração subordinada à nova ordem imperialista não representam uma opção melhor para estes povos, nem para o mundo em seu conjunto.

A contraposição feita pelo PPB entre a "nova ordem preconizada pelo governo norte-americano" e a luta por uma "ordem mundial democrática" que seria o elemento central da política internacional da esquerda é uma formulação abstrata, que confunde o desejo com a realidade. Quais são hoje as forças motrizes capazes de se opor às pretensões imperialistas? Eles podem hoje ou num futuro previsível estruturar uma nova ordem mundial democrática? A luta por esta nova ordem, que enfrenta os grandes problemas globais apontados no parágrafo 4 do PPB, não é uma luta frontal contra o sistema capitalista mundial, estruturado fora e dentro do Brasil? É minimamente plausível, neste cenário, trabalharmos com a perspectiva de democratização da ONU, apontada no parágrafo 4? As respostas a estas perguntas destroem todas as fantasias delineadas pelo PPB.

Concepção de socialismo do PT

Os parágrafos 12 a 29 sobre o socialismo constituem o coração da tese do PPB. É aí que as figuras do pensamento liberal começam a se fazer mais claramente presentes. São aí assentadas as bases para a ênfase na reforma a partir do Estado e na reforma intelectual e moral, preconizadas na parte seguinte como caminho para atingir-se o socialismo.

O que é socialismo? Para o PPB, o socialismo "é aprofundamento da democracia" (parágrafo 14), associado ao autogoverno da sociedade, a sua autoorganização e a rejeição de qualquer tipo de ditadura. O problema desta formulação aparentemente correta é o termo *aprofundamento* e não *conquista, ruptura, salto de qualidade*, porque o tipo de democracia que caracteriza o socialismo (autogoverno baseado na autoorganização da sociedade) não existe hoje nem mesmo de forma embrionária. Ou se trata de uma formulação equivocada ou o ponto de partida para o socialismo é, na visão do PPB, a democracia hoje estabelecida, liberal-representativa, que nada tem a ver com autogoverno e autoorganização.

Na verdade, a confusão entre o plano individual e o social fica mais clara no encadeamento do texto, em que se segue a denúncia do igualitarismo coletivista (parágrafo 10) e a defesa enfática do direito à diferença e de uma sociedade efetivamente plural (o que defendemos de forma intransigente). O marxismo concebe o socialismo como uma forma de organização social em que o pleno desenvolvimento de cada um é condição para o desenvolvimento de todos (e não o contrário, como afirmou muitas vezes o estalinismo, criando condições para ser criticado como um "igualitarismo coletivista", ainda que saibamos que o igualitarismo era só para propaganda, porque não atingia os funcionários do partido). O fim das desigualdades e diferenças *sociais* (e, antes de tudo, de classe) não significa o fim das diferenças *individuais*, numa sociedade homogênea, cinzenta, de indivíduos perfeitos. Significa, sim, o estabelecimento de uma sociedade em que se oferecerão muito melhores condições ao desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo, em que os conflitos e os "partidos políticos" se estabelecerão em torno de motivos completamente diferentes dos atuais.

A questão da libertação das mulheres ganha no PPB um destaque inédito nos textos deste setor do partido. Isso é meritório num quadro partidário em que esta questão é ignorada pela maioria das teses apresentadas. O PPB chega mesmo a falar da necessidade de uma revolução de gênero. Mas traz uma concepção equivocada sobre o que está na raiz desta opressão: "o P.T. reconhece que a existência de dois gêneros distintos e, portanto, de duas maneiras diferentes de apreender o mundo e de agir sobre o mundo deve permear

igualmente as práticas e as instituições sociais". Certo, há dois sexos diferentes e hoje isso implica na existência de dois gêneros diferentes, mas o gênero masculino e o gênero feminino são produzidos socialmente, pelas estruturas patriarcais da nossa e de outras sociedades.

O ser humano do sexo feminino se transforma em um ser humano diferente daquele do sexo masculino através da educação diferenciada que produz meninas e meninos, das práticas sociais na família, na escola e no trabalho, da assimilação da ideologia dominante que estabelece para uns valores masculinos e para outros valores femininos, de papéis sociais distintos atribuídos a homens (dominantes) e mulheres (subordinados), etc. Se eliminamos tudo isso - que constitui o processo social de opressão de gênero - não subsistirão "duas maneiras diferentes de apreender o mundo e de agir sobre o mundo". Como se pode afirmar que homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais terão necessariamente, em uma sociedade sem opressão e exploração, que ter visões de mundo diferentes?

Os parágrafos 23 a 28 descrevem a economia socialista de uma forma idílica, com a coexistência "pacífica" de diferentes formas de propriedade (que não ocorre em lugar nenhum do mundo), afirmando inclusive que podem "subsistir, em alguns setores estratégicos, em empresas privadas sobre controle público não estatal". Há um vale tudo, sob o título da negação da "ideologia do livre mercado" e do "estatismo" e da combinação de plano e mercado, que deverá propiciar, segundo o parágrafo 24, "desenvolvimento econômico com *igualdade na distribuição da riqueza*" (grifo meu, destacando um processo que jamais ocorreu em face da existência de relações mercantis e que a tese reafirma no parágrafo 27). É uma formulação que, no mínimo, tem que ser melhor elaborada.

É necessário, para concluir as observações sobre a concepção de socialismo do PPB, uma ponderação de caráter mais geral. O movimento socialista em geral considerou importante a distinção feita por Marx entre *socialismo* e *comunismo*, como diferentes fases de desenvolvimento histórico. A partir do momento em que as primeiras revoluções vitoriosas ocorreram em países atrasados e não nos países centrais, uma nova distinção teve que ser introduzida, a de uma fase de *transição do capitalismo ao socialismo* em países que rompem com o imperialismo mas tem que coexistir com a manutenção do mercado mundial capitalista, transição na qual o atraso econômico e a pressão imperialista são fatores centrais.

Lendo o PPB, percebemos que *aí estas distinções entre momentos históricos diferentes estão todas embaralhadas*: a ordem mundial democrática é colocada como um dado; formulações de situações idílicas só concebíveis no que tradicionalmente é considerado o comunismo (como o parágrafo 22) coexistem com situações extremamente conflitivas, próprias do início da transição (como os parágrafos 23 a 25), rompendo com qualquer idéia de processo; etc.

"Caminhos de construção do socialismo"

Toda esta parte da tese, voltada para rejeitar o que chama de a concepção "explosiva" de revolução - incapaz, na opinião dos signatários do PPB, de contar com a participação ativa da maioria da sociedade na sua realização (parágrafo 40) - é permeada pela presença de dois eixos de argumentação contraditórios, que não são bem articulados. De um lado, temos idéias corretas e importantes de serem valorizadas: a mobilização e organização social como pressuposto da revolução (parágrafo 31); a construção desde hoje de mecanismos de controle social (parágrafo 32); a organização da sociedade socialista a partir dos movimentos sociais (parágrafo 33); a autonomia das maiorias (parágrafo 38).

De outro, temos toda uma série de observações preocupantes sobre o Estado. É o caso daquela sobre a necessidade do movimento socialista "conceber a transformação do Estado enquanto um item chave do seu programa... tendo a mobilização social como protagonista principal e *em geral* (grifo meu) decisivo (parágrafo 36)". Há casos em que o decisivo não é a mobilização?

No parágrafo 34 fala-se da "dimensão construtiva, ao mesmo tempo organizadora de uma nova institucionalidade e reorganizadora da velha institucionalidade" e não apenas



A análise da situação mundial é sua parte mais chocante.

da dimensão destrutiva. Exatamente porque concordamos com a preocupação presente no parágrafo 34 - de que em sociedades pós-revolucionárias voltou a se desenvolver o núcleo duro do Estado, gerido por novos funcionários, que escaparam ao controle da sociedade e se voltaram contra ela, originando poderosas camadas burocráticas - é que achamos fundamental a clareza de posição sobre a necessidade da sua efetiva destruição. *O que é criado de novo e o que do velho Estado é mantido?* As observações do texto são algo vagas. No parágrafo 47 se fala da "eliminação da autonomia e do poder legal de intervenção política que ainda gozam as Forças Armadas", da "superção do arcaísmo e do ranço autoritário do Poder Judiciário". Não são colocações que enfatizam a idéia de ruptura no "processo de transformação" do velho Estado no novo.

"Idéias programática para uma alternativa nacional"

A primeira tarefa "básica" proposta nesta parte do documento é "a promoção de uma reforma intelectual e moral na sociedade brasileira", elevando "a capacidade dos oprimidos de serem agentes radicais da mudança" (parágrafo 43). Como fazer isso? É um processo de luta e auto-organização dos oprimidos que produzirá novas práticas e novas idéias, como numa abordagem marxista? Ou cabe à esquerda empreender, a partir do Estado, esta reforma? O texto não responde claramente. Mas esta segunda opção não surge aí como descabida, porque nos parágrafos seguintes sustenta-se que a forma de encaminhar o que seria "o núcleo de um programa transformador radical" seria através do Estado.

A alternativa concreta para o Brasil de que fala o PPB tem como centro e objeto quase exclusivo a conquista do governo central (parágrafos 58 e 59). E as orientações programáticas discutidas são apenas para balizar a relação do PT com a

sociedade civil (parágrafo 56). Mas o programa de governo deve ser um "programa comum das forças transformadoras", negociados, que terá que ser implementado por todo um período longo (não se pode, segundo o PPB, trabalhar com o horizonte de apenas um mandato) e sua aplicação basear-se num consenso majoritário essencial à governabilidade de governos de esquerda.

O que seria um governo "do PT" que saísse das diretrizes do PPB? Um governo de coalizão com o PSDB (já que se propõe, no parágrafo 58, a discussão para "a definição de objetivos e linhas de ação comuns" com o centro esquerda)? Um governo que trabalharia no horizonte de conquistar a maioria na Câmara e no Senado? E qual seria o seu programa, negociado com as "forças transformadoras" não explicitadas?

O Partido dos Trabalhadores

Que partido deve ser o PT para aplicar o programa proposto pelo PPB? Como "a construção de uma sociedade democrática depende da constituição de uma pluralidade de novos sujeitos sociais democráticos...nosso partido se define como mais um sujeito entre outros" (parágrafos 60 e 61).

O conjunto de definições formuladas pelo PPB já bastam para resumir sua concepção do que deve vir a ser o PT: um partido que não é dirigente, não intervém nos movimentos, não representa interesses de classe. Um partido de indivíduos que estabelecem uma interlocução com a sociedade. Para não nos estendermos mais, trata-se de uma ruptura com tudo que o PT já acumulou na discussão sobre construção partidária, que nos dá a dimensão da sua assimilação das formulações liberais também neste plano e do que estes setores do partido estão falando quando levantam a idéia de refundação do PT. De fato, trata-se de outro partido, completamente diferente daquele existente.

Apesar da retórica sobre a sociedade civil, a alternativa proposta na tese tem como centro e objeto quase exclusivo a conquista do governo central.

O 4º CONCURTO e o futuro

Gustavo Codas e
Marilane Teixeira

A CUT chegou a seu 4º Congresso Nacional no marco da traumática absorção da política do ano 90. Uma série de eventos colocaram-na numa situação nova e de grande tensionamento. As mudanças no "bloco socialista", a novidade de enfrentar um governo "constitucional", a aceleração de mudanças estruturais do capitalismo (unificação de mercados, avanços tecnológicos, etc.), fizeram com que as fraquezas estruturais do nosso movimento ficassem expostas. Não há que se estranhar, portanto, os rumos que tomou sua direção ao tatear respostas a esta nova situação.

Assim, a crise vivida pela Central no seu 4º Concut é em primeiro lugar uma crise de intervenção na luta de classes, uma crise de orientação. E se é fácil identificar que a política gestada em 1990, que conduziu à mesa de negociações do "entendimento nacional" de Collor, não é alternativa para os trabalhadores brasileiros, é igualmente necessário dizer que não foi construída uma política alternativa - e que em consequência a crise de intervenção é do conjunto das correntes da Central.

Este quadro ficou claro quando a apresentação das teses no plenário do Congresso, onde os oradores centraram fogo nas questões internas à Central e pouco ou nada relevante falaram sobre a luta de classes e os desafios que vive a classe trabalhadora.

Percalços de uma estratégia

A Articulação Sindical, a maior das correntes da central, optou na preparação do Congresso por uma "estratégia suicida": organizar o Congresso visando no final aglutinar alguma coisa em torno dos 55-60% do plenário - o que lhe daria folga para administrar o plenário. Veio daí aquele vale tudo de inchar delegações, aplicar "redutores", etc.

Dessa maneira, desprezou politicamente a relação com as outras correntes sindicais, buscando inclusive em estados

importantes criar uma indisposição frontal com as duas principais, a Cut pela Base e a Corrente Sindical Classista - quando da aplicação do "reductor" em MG e BA. Sinalizava com isso um tipo de política onde só a submissão era admitida (tal como obtida da Unidade Sindical do PCB, e da Vertente Socialista e Nova Esquerda).

O grande problema desta "estratégia" veio a se verificar no final: pouco mais de 50% para a Articulação Sindical e seus pequenos aliados, criando uma situação de altíssima instabilidade para essa política. Daí que para a Articulação Sindical esse fosse em todo momento o Congresso do enfrentamento (única alternativa para manter artificialmente coesa sua bancada).

O sectarismo de algumas pequenas correntes de oposição facilitariam a vida da Articulação Sindical neste sentido.

Desafios da democracia

O 4º Concut foi mais do que qualquer outro, um marco de questionamento sobre os rumos da democracia interna, visto que o movimento sindical real tem avançado em algumas propostas de democratização do funcionamento interno (como o colegiado e a proporcionalidade qualificada em algumas entidades nacionais e de base), e porque a nova composição de forças na CUT impunha um novo marco para as relações internas.

De fato, a necessidade de regras democráticas para o convívio entre as diversas correntes sindicais no campo combativo e progressista ficou ressaltada desde a incorporação do trabalho sindical de partidos como PCdoB e PCB, as polêmicas em torno da ida ao "entendimento nacional".

Porém, não se construiu nacionalmente na CUT nos últimos anos, uma cultura diferente à cultura "típica do sindicalismo CLT" de controle de aparelhos pelas correntes. Mas o que é "tolerável" -apesar de avançar o processo degenerativo na base sindical- nas entidades é insustentável na CUT, devido à necessidade de se fazer a representação unitária e nacional de sua diversidade política.

O Congresso, tensionado pela expectativa da Articulação



Sindical de preservar o domínio sobre o aparelho, e um crescente consenso no movimento no sentido da sua democratização, colocou como centro de suas discussões e impasses a proposta de proporcionalidade qualificada da Cut pela Base, com uma votação de 742 a favor X 741 contra (e 5 votos em separado) - configurando uma vitória da proposta, ou a necessidade de contar os votos em separado o que, ao que tudo indica, também daria vitória à proposta. Ali o congresso chegou a seu nível máximo de tensionamento. A mesa dirigida pela Articulação Sindical decidiu ignorar essa resolução e impôs uma votação já no final que adiava a resolução sobre que fazer sobre o assunto para depois da escolha da direção - o que foi "esquecido" pelos proponentes no final.

Resoluções políticas

Em geral, as votações em plenário foram mais fruto da polarização do estado de ânimo do plenário que da política.

Um leque razoavelmente grande de acordo existia em todo o debate sobre a conjuntura e plano de ação. Mas isto foi minimizado pela polarização em relação ao balanço e aos estatutos. Este contraponto, já dá uma dimensão dos impasses de uma CUT jogada para "dentro" e com dificuldade de avançar nas formulações para a luta de classes real.

Dentro desta dinâmica de construção de polarização do plenário, tanto ficou evidente o interesse de lideranças da Articulação Sindical por exacerbar os ânimos de sua bancada, como o ocultamento das divergências do "outro bloco" no qual, por exemplo, o PCdoB abriu mão da defesa de todas suas posições (sem mudar de concepção) sobre socialismo e estrutura sindical de maneira a não criar outro campo no plenário.

Fazendo-se uma análise dos textos aprovados poderia haver um balanço genericamente positivo do congresso (com a excessão marcante do balanço sobre a política de 1990 que foi apenas a confirmação da "versão oficial"). De fato, não se tratou de uma reviravolta organizativa como no 3º Concut (quando da aprovação do novo Estatuto), e o plenário mostrou sensibilidade para as questões de democracia interna (como na vitória da proporcionalidade qualificada).

As resoluções políticas mantiveram uma orientação combativa no plano político nacional - mesmo sem resolver suas insuficiências - por exemplo, no enfrentamento do emendão, política salarial, Mercosul, questão do campo (onde se assumiu inclusive as bandeiras do Movimento dos Sem Terra).

Em suma, o 4º Concut deixou para a vanguarda sindical um sabor de derrota geral: polarizado artificialmente, com sua democracia atropelada pelo tensionamento hegemônico, e com a política minimizada pela disputa interna. Assim, se foi uma derrota para a Articulação Sindical e sua estratégia de continuidade de hegemonia, também foi uma derrota para as demais correntes, notadamente a CUT pela Base, que como segunda corrente de maior peso tem a responsabilidade de criar uma dinâmica alternativa na Central. Finalmente, foi uma derrota para o PT, que congrega 85% dos delegados ao 4º Concut e foi incapaz de imprimir outra

dinâmica à Central.

Pós Congresso

O 4º Concut realizou-se num momento de grandes impasses do movimento sindical. Se de um lado, há a crise política do governo Collor, seus planos econômicos, por outro lado, não tem havido respostas consistentes do movimento operário às ofensivas neoliberais de privatizações, arrocho, submissão completa ao mercado internacional, violência no campo.

O 4º Concut era o momento privilegiado para que o movimento sindical recuperasse sua capacidade de interlocução com o conjunto da classe trabalhadora, e de armá-la para esse enfrentamento com o projeto neoliberal. Porém, o Congresso teve um resultado oposto: esteve voltado para a disputa interna.

Foi pois uma derrota da classe trabalhadora. E coloca para a vanguarda sindical uma responsabilidade enorme sobre os rumos da Central. Entendemos que hoje existem caminhos não excludentes para a Central recompor sua capacidade de intervenção. De um lado, fazer com que suas instâncias, notadamente a Executiva Nacional, e sua Direção e Plenária Nacional, sejam fóruns para a construção de respostas para o movimento - e nesse sentido o documento "Bases para um Compromisso", assinado por todas as correntes menos "O Trabalho" e PLP - cumpre um papel positivo.

De outro lado, é necessário identificar e resolver a fragilidade da intervenção do PT no movimento sindical, e estabelecer a responsabilidade do partido nos descaminhos de sua área sindical. A compreensão trabalhada antes do Congresso de que nada mais havia para fazer e que era melhor esperar o "dia seguinte" se mostrou fatal. Agora o PT deve amargar mais um elemento de "desacumulação" política na conjuntura.

O 4º Concut deixou para a vanguarda sindical um sabor de derrota: polarizado artificialmente, com sua democracia atropelada pelo tensionamento hegemônico e com a política minimizada pela disputa interna.

A dança dos números

Desde 1988, a CUT estava tensionada por uma série de mudanças em seu perfil. Ao se propor representar apenas os sindicalizados e não mais os trabalhadores destas bases sindicais e ao eleger os delegados nos congressos estaduais e não mais nas assembleias de base, o 4º Concut diminuiu drasticamente de tamanho.

Esta redução fica registrada a partir dos seguintes números: 1983, Congresso de Fundação: 5.054 delegados; 1984, 1º Concut: 5.222; 1986, 2º Concut: 5.564; 1988, 3º Concut: 6.243; 1991, 4º Concut: 1.546.

Considerando que a taxa média de sindicalização das entidades filiadas à CUT é de 30% de sua base, a CUT conta hoje com 3,5 milhões de trabalhadores filiados (para 18 milhões que representa legalmente). Este número corresponde a 5,6% da população economicamente ativa, em torno hoje de 63 milhões.

O principal problema da concepção que orientou as mudanças estatutárias desde 1988 é que a Central que se reivindica como interlocutora do conjunto da classe trabalhadora brasileira estreitou sua base de representação, sem criar formas alternativas que resolvam esta deficiência. Assim, a CUT hoje não tem propostas organizativas para o setor informal da economia, estruturalmente dessindicalizado.

O processo de "seleção" dos trabalhadores delegados ao 4º Concut prejudicou especialmente a participação dos trabalhadores do campo e as mulheres. Os trabalhadores rurais diminuíram a sua participação de 34% no Congresso de Fundação para 32% no 3º Concut e somente 13% no 4º Concut. Cerca de 24% dos delegados ao 3º Concut eram mulheres; a participação feminina reduziu-se para 18% no 4º Concut.

A força das correntes

As diversas correntes políticas que expressaram-se no 4º Concut apresentaram o seguinte percentual de delegados: Articulação Sindical: 49%; Cut pela Base: 18% (outras correntes menores aliaram-se a ela, ampliando seu peso para pouco mais de 20%); Convergência Socialista: 6%; O Trabalho: 2%; Vertente Socialista Nova Esquerda: 3%; PCB: 2%; PC do B: 14%.

Asas feministas

Fernanda Estima

Partindo do pressuposto que somente a organização das próprias mulheres reverterá o quadro vivido de marginalização e opressão femininas inclusive dentro do PT, está sendo levada ao I^o Congresso a proposta de no mínimo 30% de mulheres na direção do partido.

A proposta de cotas apresentada pela Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT faz parte de um conjunto de medidas que visam reverter a situação atual, dando um passo necessário à construção da democracia de gênero partidária.

A discussão sobre as cotas fugiu do papel e atingiu a militância. Vários encontros preparatórios ao I^o Congresso - como é o caso de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná - aprovaram a proposta.

Publicamos opiniões de mulheres e homens, de diferentes tradições em apoio à aprovação da proposição.

Bia Pardi

"A primeira constatação que deve-se fazer é a existência de discriminação, dentro do PT, com relação às mulheres. Sou a única mulher da bancada, da executiva municipal. Por mais esforço que os companheiros façam para superar essa discriminação, a gente percebe que muitas vezes não conseguem. E realmente acabam tendo um comportamento discriminatório.

A proposta da cota de 30%, em que pese avaliar que é uma proposta que não dá conta de resolver o problema, abriu um campo de discussão e esclarecimento, que do meu ponto de vista, já está contribuindo para, pelo menos, que essa questão seja colocada em pauta; homens e mulheres, que militam no PT, nas direções e base do partido, começam a se dar conta do problema.

Em um primeiro momento me posicionei contrária à cota de 30%, mas avaliei ser importante fazer a experiência. Se com a discussão ela abriu um campo rico para que mulheres e homens pudessem estar se entendendo, acredito que a própria polêmica no Congresso e posteriormente, se for aprovada, dará com certeza contribuições.

Não resolve o problema mas abre espaços importantes para o questionamento da discriminação das mulheres."

Bia Pardi é deputada estadual e membro da executiva municipal do PT-SP.

Carlão

"Com certeza, em nenhum outro espaço da convivência humana se exigirá uma menor distância entre o verbo e o gesto do que nas organizações empenhadas na materialização das utopias. O nosso fazer concreto deve ser coerente com o anúncio que fazemos.

Reconhecer que não vamos lá muito bem das pernas é, cremos, o primeiro passo para enfrentar problemas. Desde os escorregões na ética até a marginalização de vários setores que pretendemos representar, não há dúvida de que em nosso partido e em inúmeras outras organizações em que atuamos, o que se fala é bastante diferente do que se faz.

Emblemática é, neste caso, a situação da mulher. Em todas as condições em que ela existe, a mulher acaba, mais do que a dupla jornada, sofrendo a dupla marginalização. Do salário menor ao sexo como dever diante do macho, passando pela violência e pela "santa maternidade", esta discriminação não fica imune sequer às diferenças de classe.

O nosso compromisso com esse combate é mais do que claro; nossa prática nem tanto. E é no exercício do poder que a distorção se agrava. A exclusão, parcial ou total, de mulheres em nossos organismos dirigentes retrata com clareza o quanto estamos distantes da democracia.

As asas do nosso I^o Congresso, com certeza, devem ser capazes de nos elevar a modelos de direção onde homens e mulheres compartilhem a responsabilidade e o prazer da transformação. Se fracassarmos, comprometemos a possibilidade de mostrar às pessoas que a vida e a sociedade podem ser diferentes.

Mas não há como pensar nisso se não houver medidas

concretas que sensibilizem o conjunto do partido para as questões da mulher e do feminismo, e uma preocupação sincera por parte das direções em assimilar este tema.

Finalmente, precisamos, enquanto partido ter mais claras e objetivas nossas propostas sobre as mulheres, pensar e elaborar políticas públicas e, como tudo o mais no PT, manter um forte vínculo com o movimento social, sem o que perderemos o pé da realidade."

Antonio Carlos Pereira (Carlão) é presidente do PT-MG e deputado estadual.

Rui Falcão

"Acho fundamental que o PT comece a dar o exemplo no combate a discriminação de gênero. É preciso admitir que esse tipo de opressão, que se sobrepõe a própria opressão ditada pela exploração capitalista, esse tipo de discriminação não pode ser vencida só pela superação das relações de produção. Exige uma revolução cultural, moral. E a discriminação de gênero é uma discriminação específica, não igual a de raça, por exemplo.

Para que o PT dê o exemplo, é preciso, desde já que nós comecemos a lutar pela igualdade também de participação de homens e mulheres nos organismos dirigentes do partido, a começar da base e chegar até a executiva nacional. É necessária uma certa mediação, que neste momento, funciona como reconhecimento, uma declaração de intenções, um movimento didático, que é a política das cotas. Não acho importante que seja 30, 40%, pois pode ser uma fixação arbitrária, mas que haja um reconhecimento de que é preciso lutar pela condição de igualdade dentro do PT.

Quero reforçar como esta discriminação se sobrepõe realmente às demais, observando o que tem ocorrido nos Estados Unidos, por exemplo. Em uma pesquisa recente, mostra que mulheres negras e brancas passam hoje a ganhar praticamente os mesmos salários, no entanto, é brutal a diferença de salários entre homens e mulheres. E essa diferença salarial para os mesmos postos, é uma outra característica: as mulheres começaram a ascender no mercado de trabalho, e para a mesma jornada, mesma responsabilidade, há uma diferença de salários de até 40% em relação aos homens.

O PT, que revolucionou a política brasileira ao surgir, inclusive com uma série de propostas inovadoras para o país, precisa, no I^o Congresso dar um passo decisivo em termos de exemplo, de decisão política, para remover, pelo menos do seu interior, a discriminação de gênero, que é a discriminação mais antiga e mais odiosa que existe na sociedade."

Rui Falcão é presidente do Diretório Municipal do PT-SP.

Tatau Godinho

"Há uma necessidade de aprovarmos hoje no partido algumas medidas que busquem conscientemente reverter o quadro de desigualdade social entre homens e mulheres, que se reproduz também dentro do PT. Este tipo de política que chamamos de **ação afirmativa**, significa reconhecer a necessidade de medidas concretas que incidam sobre a discriminação das mulheres.

A proposta de cotas é polêmica também porque busca reverter uma situação social de opressão e existência de privilégios que é vista como natural. Neste sentido, propor uma cota mínima de 30% de mulheres na direção é uma medida "artificial", considerando-se que o "natural" é que o PT continue com as suas direções quase que exclusivamente masculinas.

Abriu a discussão sobre uma cota mínima de 30% de mulheres já está criando uma polêmica bastante acirrada, e que acende a virulência dos machistas querendo saber, inclusive, "por que as mulheres acham que merecem tanto?"

Do nosso ponto de vista, a questão é outra: este é um pontapé inicial para buscar reverter a dinâmica patriarcal que permanece dentro do partido. Aprovando-se esta cota de 30% altera-se no mínimo 500% do que é hoje a realidade da direção nacional do PT."

Tatau Godinho é membro da Executiva Estadual do PT-SP.



"As asas do I^o Congresso devem nos elevar a modelos de direção, onde homens e mulheres compartilhem a responsabilidade e o prazer da transformação."

Oito faces de uma revolução

Revoluciona a organização atual do PT: este é o objetivo das propostas apresentadas pela tendência Democracia Socialista ao I Congresso, em contribuição ao esforço coletivo de elaboração.

Em síntese, a proposta pretende:

- relançar a organização de base do partido;
- redefinir a relação do PT com os seus filiados que atuam na CUT;

- construir um patamar de centralização partidária em relação aos parlamentares e prefeitos do partido;

- mantendo a delimitação partidária, criar formas avançadas, democráticas e de massa de decisão;

- incentivar através da ação afirmativa a participação das mulheres;

- criar a Escola Nacional de Formação e consolidar a existência do Brasil Agora;

- conquistar um novo patamar de relação entre o partido e suas tendências;

- definir novas responsabilidades do PT ao nível internacional.

I - A organização de base do partido

1. Para reforçar a organização na base do partido e consequentemente toda a democracia interna, os **núcleos passam a ser a forma básica de delegação de poder** e de organização dos filiados. Os **núcleos** poderão ser de vários tipos, terão grande flexibilidade organizativa. Poderão se organizar por bairro ou local de moradia, por categorias, por movimento social, por local de trabalho, por setor de atividade.

A organização dos filiados terá que ser complementada com outras formas de participação. Na diversidade de situações, o partido propiciará condições de vínculo organizativo a filiados sem possibilidades imediatas de nucleação (tais como plenárias periódicas).

2. **Refiliação** dos antigos filiados, para que sejam **localizáveis** os que têm interesse em contribuir regularmente com o partido e em manter um vínculo definido com alguma

estrutura partidária.

3. Haverá **coordenações** reunindo vários núcleos de uma mesma região ou setor (no caso das regiões das capitais, estas coordenações substituem a estrutura atual de Diretórios Zonais).

4. Deverão ser organizadas regularmente reuniões abertas à base não filiada, bem como reuniões abertas a convidados específicos fora do partido (...)

6. O PT estará aberto à filiação de todos aqueles que queiram manter com ele um compromisso mínimo de contribuição e de participação.

7. Poderão participar e votar nas decisões e serem eleitos delegados os petistas que estiverem em dia com a sua contribuição financeira e que mantiverem alguma participação partidária.

II - O PT como partido dirigente

8. O partido organizará setores de intervenção por movimentos sociais.(...)

9. Em particular em relação ao movimento sindical o PT atualizará sua linha de atuação objetivando um movimento sindical de massas, independente, democrático e com capacidade de derrotar as iniciativas neoliberais. (...)

Até julho de 1992 a Direção Nacional aprovará diretrizes de atuação sindical, a partir de um processo nacional de discussão com os filiados sindicalistas.

III. O PT e a frente Institucional

A relação do partido com os seus parlamentares

10. Os mandatos parlamentares serão considerados **do partido** e os parlamentares serão considerados **profissionais políticos do partido**. Deve ser reforçada a carta de compromisso dos candidatos. As bancadas devem ter uma margem de autonomia, mas devem estar sob a direção política do partido. Simultaneamente o partido deve investir na elaboração para a intervenção parlamentar. (...)

12. Às direções partidárias no nível respectivo cabem 1/3 dos cargos de confiança dos mandatários proporcionais e, ouvida a bancada, a responsabilidade de organizar o gabinete de liderança. (...)

Relação do partido com os prefeitos

14. O papel do partido na direção da administração deve ser o de definir a orientação política geral (levando em conta a necessidade de discutir com outros setores políticos, de incorporar a participação popular) que seus representantes defenderão; acompanhar a gestão através de formas como a dos Conselhos Políticos e de tomar posição sobre determinadas questões políticas. Além disso, o partido deve definir os critérios para indicar os cargos no primeiro escalão, e indicar conjuntamente com o prefeito (ou governador ou presidente) os nomes, após ampla consulta. Em caso de não haver acordo, a última palavra deve caber ao partido.(...)

IV - Formas de deliberação e representação

16. As instâncias deliberativas máximas do PT, em seus respectivos níveis, são o Congresso Nacional, os Encontros Estaduais e os Encontros Municipais.

a. Estas instâncias se reunirão a cada dois anos.

b. O Congresso e os Encontros realizarão discussões e em seguida farão as votações. O Congresso e os Encontros serão abertos pela direção partidária correspondente através da apresentação de teses. O período preparatório do Congresso é de seis meses. Nos processos preparatórios do Congresso e Encontros será garantida a mais ampla democracia na discussão, apresentação de alternativas e emendas às teses propostas pela direção.

17. Participam do Congresso Nacional do PT os delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais e nos Encontros Estaduais. Os delegados são eleitos com base na proporcionalidade direta das propostas e listas apresentadas aos Encontros.

18. Participam dos Encontros Estaduais os delegados eleitos nos Encontros Setoriais e Municipais. Os delegados são eleitos com base na proporcionalidade direta das propostas e listas apresentadas aos Encontros.

"Com grande flexibilidade organizativa, os núcleos passam a ser a forma básica de delegação de poder e de organização dos filiados."



19. A forma básica de eleição de delegados para os Encontros Municipais são os núcleos. Poderão ainda participar do Encontro, delegados eleitos em plenárias setoriais e plenárias de filiados não nucleados organizadas pela Direção Municipal mantendo-se uma proporção sempre mais elevada para a representação a partir dos núcleos. Nas cidades com até 150.000 habitantes, por exemplo, participam do Encontro Municipal todos os filiados do partido.

20. O critério de participação do filiado é estar em dia com os compromissos partidários (contribuição financeira e vínculo com alguma instância partidária).

V. Direções e seu funcionamento

24. As direções serão compostas por dirigentes eleitos diretamente pelo Congresso e Encontros, através de chapas com proporcionalidade direta e representações setoriais, podendo haver representação por base regional.

a. A representação de um setor pressupõe sua constituição efetiva (política definida, atuação partidária permanente e organicidade dos filiados). A representação de região, no caso de direções estaduais, pressupõe a estruturação de direções intermediárias. A partir daí será definida uma proporção correspondente a cada um, sem ultrapassar o limite máximo de 20% do total de membros das direções. Estes representantes serão eleitos em Encontros do setor ou região.

b. No caso das direções municipais haverá uma representação dos núcleos proporcional ao número de filiados.

25. A direção escolhe, entre seus integrantes, a sua Executiva respeitando-se a proporcionalidade dos Encontros.

26. O Congresso e os Encontros elegem o presidente do PT para o biênio, em votação específica.

27. Do total de membros da direção, em qualquer nível, no mínimo 30% serão mulheres. (...)

29. As secretarias são constituídas por membros das direções e com funcionamento aberto à participação dos filiados.

30. As coordenações setoriais são eleitas nos encontros setoriais.

VI - Instrumentos de construção partidária

Finanças

31. A contribuição básica de todo o filiado é 1% do salário.

32. A contribuição dos parlamentares será regida pelo Plano de Cargos e Salários definido pelo partido.

33. É obrigatório que cada direção aprove e divulgue um orçamento anual.

34. Serão prioritários os gastos com formação política, comunicação e imprensa, modernização do aparelho partidário e ações político-partidárias de massas.

35. Campanhas Eleitorais deverão ter orçamento próprio, tanto no que diz respeito à previsão de despesas como na capacidade de arrecadação de recursos.

Formação

36. O partido constituirá a sua Escola Nacional de Formação e Pesquisa e um sistema nacional de formação política conforme proposto pelo "coletivo nacional de formação do PT".

Comunicação

37. É necessário um sistema nacional de imprensa, tendo por eixo o jornal nacional do partido - um jornal que se volte para a divulgação de informações e análises a partir da visão do partido (plurais e críticas, como é o próprio PT) e sirva assim de referência para os militantes e diálogo com todos os ativistas e interessados nas posições do PT.

a. Para garantir o projeto de implantação do jornal nacional (Brasil Agora) cada direção estadual deve se comprometer com um número de jornais para a venda, proporcional ao número de filiados. (...)

VII - Tendências internas

O PT reconhece plenamente o direito de tendência, isto é, o direito dos filiados se organizarem para a defesa de posições no interior do partido. As tendências são assim correntes de opinião - provisórias ou permanentes, nacionais ou locais - que dispõem de meios para difundir suas posições. Devem, portanto ter um funcionamento transparente e explicitar para o conjunto do partido sua plataforma política.

Defender o direito de tendência não significa postular o dever de tendência, ou seja, que todos os filiados devam se

organizar em tendências ou que o partido seja compreendido como uma soma de tendências. Muito menos significa legitimar a concepção que vê a estrutura partidária, o seu funcionamento, o seu sistema de decisões, girar em torno às tendências.

Além de reafirmar o princípio democrático do pluralismo político de opiniões no partido queremos um salto qualitativo na democracia e unidade partidária.

a. Os congressos partidários devem ser organizados tendo como ponto de partida os textos e propostas aprovados na direção partidária e não a partir das contribuições das diversas correntes, como ocorreu no 1º Congresso.

b. Os petistas que atuam no movimento sindical devem ter como referência para sua prática as diretrizes gerais partidárias definidas, e não como ocorre hoje a dinâmica de sua fração específica no movimento sindical.

c. A definição dos candidatos e o encaminhamento de candidaturas nas eleições proporcionais devem ser feitas basicamente a partir das definições e encaminhamentos partidários comuns e democraticamente deliberados e não a partir dos interesses e recursos próprios das diversas tendências e grupos.

d. O PT reconhece a existência de tradições/identidades teóricas internacionais, mas exige que as relações internacionais decorrentes sejam legitimadas pela prática partidária, não configurem duplo centralismo, sejam transparentes e formalmente controladas pela direção e se configurem nos marcos da política de relações internacionais do partido.

e. A imprensa das tendências e grupos é instrumento interno e voltado ao debate partidário. Não pode se constituir em instrumento alternativo aos do partido na orientação política dos filiados e nem concorrer com a imprensa partidária que deve ser assumida por todos os petistas igualmente.

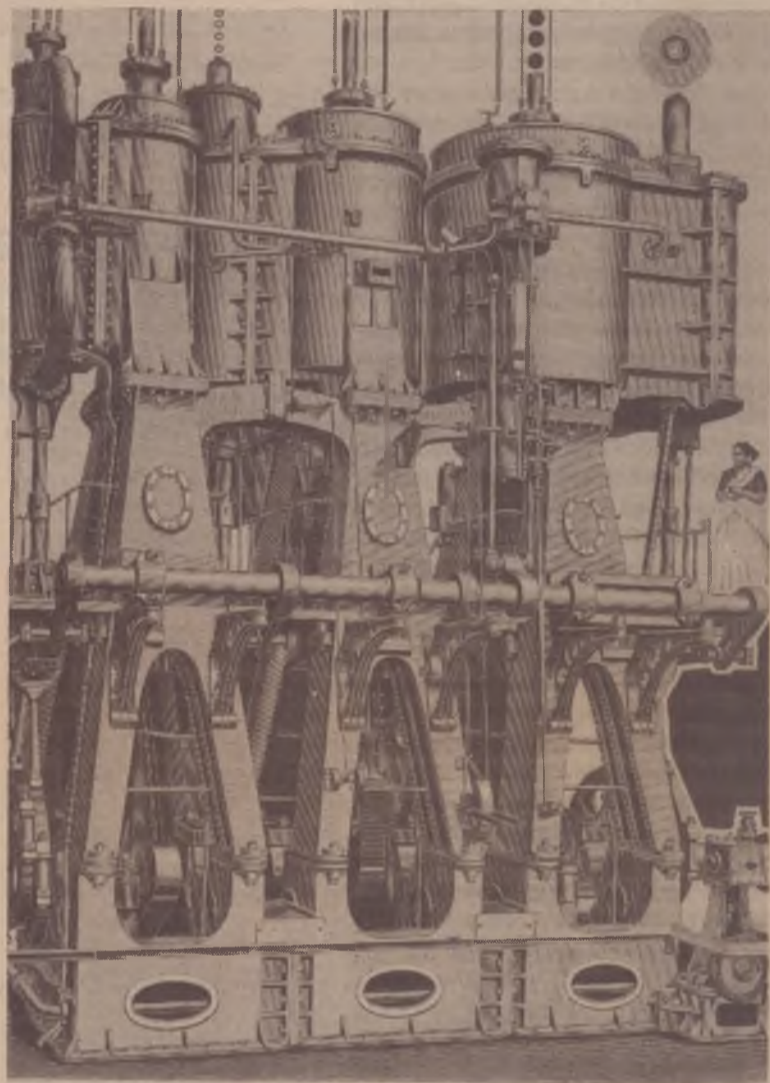
VIII - Articulação Internacional

Temos condições de - mais além de ações de solidariedade internacional, que têm naturalmente uma enorme importância, principalmente quando levamos em conta que o imperialismo prepara novas agressões e busca em primeiro lugar aumentar a pressão contra a revolução cubana - incorporar nos marcos de construção partidária uma dimensão internacionalista, participando conjuntamente com outros partidos da esquerda latino-americana e de todo o mundo da construção de uma articulação de resistência e oposição à "nova ordem" imperialista, e de luta pelo socialismo, a partir de nossa perspectiva crítica à social-democracia e à tradição estalinista. □

"Os mandatos serão considerados do partido e os parlamentares serão considerados profissionais políticos do partido."



O socialismo e o “moinho satânico”



Eduardo Albuquerque

Comentando o livro de Alec Nove (*A economia do socialismo possível*), no EM TEMPO 251, foram feitas algumas anotações críticas à resenha de Luiz Koshiba - *Mercado reinventado: o socialismo (é) possível* - publicada na **TEORIA & DEBATE** nº 12.

Importante por trazer ao público petista o acesso ao livro de Nove, a resenha de Koshiba foi criticada em função de: 1) um certo descaso com o conjunto de uma larga e histórica polémica; 2) a não divulgação da riquíssima polémica travada em torno do livro do Nove e 3) uma transposição um pouco mecânica das posições de Nove para um país periférico e dependente como o Brasil (inclusive passando por cima de ressalvas do próprio Nove) e 4) uma crença exagerada nas virtudes do mercado.

A intenção do artigo que escrevi foi a de cotejar as contribuições de Nove com a elaboração e a experiência petista, valorizando o que o PT já criou e considerando que a formulação petista pode debater de igual para igual com pessoas do porte de Nove. Ao mesmo tempo foi apresentada uma pequena síntese das posições em debate (feita no “box” da matéria, “As trilhas de um debate”).

Foram oportunos os comentários sobre a resenha, pois, no mínimo, estimularam a continuidade do debate. E na sua réplica (EM TEMPO 253) Luiz Koshiba formulou uma importante crítica a Nove, tocando na questão do produtivis-

mo presente na concepção do “socialismo de mercado”.

Prossigo o debate abordando quatro pontos na medida em que sobre eles Koshiba explicitou formulações discutíveis: 1) uma visão que atribui ao mercado tarefas que talvez não lhe caibam,

por encontrar nele virtudes que não tem; 2) uma dificuldade em enxergar o papel da democracia na alternativa à burocracia; 3) uma certa inversão na análise do fenômeno estalinista e 4) uma persistente desconsideração do caráter periférico do capitalismo brasileiro.

O companheiro Jorge Nahas, no mesmo EM TEMPO 253, caprichou nos adjetivos. Na discussão, partiu de inferências acerca do que imaginava que eu poderia pensar, fazendo imaginárias suposições que extremavam conclusões retiradas de suposições decorrentes. Os comentários que saem daí se tornam pouco sustentáveis, se baseado numa leitura minimamente atenta do artigo que motivou a feroz crítica. Não vou repetir argumentos já apresentados.

De substantivo, o que me parece o centro do debate com Jorge Nahas, é a questão do “planejamento central”: em várias ocasiões ele pergunta se afinal, no fundo, tal mecanismo não estaria sendo defendido. A resposta é sim. Mas devo acrescentar que Nove também o faz.

É recomendável a leitura do ensaio intitulado “O papel do planejamento central no capitalismo e no socialismo de mercado” (1). Excessivamente pró-mercado, Jorge Nahas talvez exagere no desconhecimento do atual estágio de desenvolvimento capitalista, que é muito diferente do período em que as pequenas empresas eram o centro dinâmico da economia: estamos na era das transnacionais e não em um tempo onde as padarias são tudo... (2) Partindo desses equívocos, Jorge Nahas passa a léguas da decisiva questão de como democratizar o planejamento necessário em um projeto como o que o PT deve desenvolver.

Planejamento central

Começemos pelo planejamento central: será isso o que foi enterrado no Leste? Não é necessário muita confusão: o que foi enterrado foi a ditadura burocrática e policialista do partido único, que tratava a economia - também - como um caso de polícia e administrava o seu funcionamento como ela fazia com tudo na sociedade: de uma forma burocrática, totalitária. O que foi enterrado foi o planejamento central burocratizado.

Como vimos, o próprio Nove atribuiu um papel para o planejamento central em seu “socialismo de mercado”. Lembra, com propriedade, que no capitalismo atual há muito planejamento (no interior das grandes empresas, na ação do Estado). O mercado tem um espaço cada vez menor no capitalismo moderno, em função deste planejamento realizado dentro e fora das grandes empresas.

Neste texto - que Nove elaborou como parte do debate em torno do socialismo e do mercado marcando uma precisão dos termos de sua posição - ele bombardeia os adeptos do “socialismo laissez-faire”, esclarece as limitações do mecanismo do mercado na era das grandes corporações. Atribui ao planejamento central a administração das grandes unidades estatais e dos investimentos públicos.

A polémica com Nove é sobre a pouca explicitação acerca da democratização desse planejamento central.

Aqui cabe um esclarecimento dos termos do debate. Nove, em seu livro *A economia do socialismo possível*, exclui a possibilidade de uma alternativa distinta do plano (burocrático) e do mercado. Daí Nove faz questão de enfatizar que não é possível uma terceira alternativa. Os termos são do Nove (se referindo, evidentemente a inúmeras tentativas de formulação nesta linha: o tcheco Ota Sik, por

Nahas passa a léguas da decisiva questão de como democratizar o planejamento necessário em um projeto como o PT deve desenvolver.

exemplo, é autor de um livro intitulado *Terceira Via*). O PT está entre quem busca construir uma terceira alternativa, anti-capitalista e anti-burocrática. Basta uma leitura dos documentos do PT para confirmar essa posição, presente desde o "Discurso do Lula à Convenção de 1981" até o documento do VII Encontro Nacional, "O socialismo petista".

A solução de Nove, extremamente crítica a iniciativas autogestionárias e muito temerosa do movimento sindical (e ele deve estar pensando no movimento inglês da década de 70, já que seu livro é de 1982, um movimento bastante "moderado" se comparado com a nossa CUT...) limitando-se a uma pragmática combinação entre plano e mercado. Ao desconsiderar uma "terceira alternativa", mencionará explicitamente a impossibilidade de uma grande unidade de produção ser administrada de uma forma distinta da praticada sob o estalinismo ou no interior das grandes corporações multinacionais.

É por considerar suficiente uma determinada mistura de plano e mercado que a posição de Nove tangencia (ou não coloca) a questão da democratização do planejamento. Deixa esta tarefa para o mercado.

Qual combinação

Este ponto importante do debate ficou mais explícito no artigo de Luiz Koshiba publicado no EM TEMPO. Ao propor uma combinação entre plano e mercado, Koshiba define que "este último é a condição material da liberdade e aquele da igualdade".

Não é seguro que o plano seja uma condição material da igualdade. Há planejamentos e planejamentos. Este é um ponto que não pode ser subestimado. Afinal, o que prevaleceu no Leste foi um planejamento burocrático, feito em uma sociedade sem qualquer espaço democrático. Uma gestão da economia em perfeita sintonia com a ditadura policiaesca do partido único. Os "planos" da ditadura burocrática estiveram longe de garantir a igualdade. Ao contrário, criaram e desenvolveram privilégios (portanto, desigualdade). A luta contra esses privilégios e contra as flagrantes desigualdades está, seguramente, entre os elementos que alimentaram as revoluções democráticas que varreram as burocracias do Leste.

Também não é seguro que o mercado seja a "condição material da liberdade". Pensando dessa forma, é natural que Luiz Koshiba ache curioso combater a burocracia com democracia... Afinal, não é à democracia que cabe o combate anti-burocrático, mas sim ao mercado. Essa posição de Luiz Koshiba não teria um certo viés economicista...?

Luiz Koshiba aponta corretamente que plano e mercado se combinarão. Especifica a predominância do plano sobre o mercado. Isto traduz um acordo fundamental, que diferencia radicalmente as nossas propostas daquelas hegemônicas ou influenciadas pelo neoliberalismo.

Porém, é necessário que se esclareçam duas questões essenciais: 1) o papel de um e outro; 2) como será realizado o plano (ou melhor, a sua realização através de métodos democráticos ou não).

"Moinho satânico"

A primeira pergunta é se ao mercado pode ser atribuída a tarefa de ser "condição material da liberdade".

Não. Luiz Koshiba parece ter uma visão um pouco ingênua sobre o mecanismo do mercado. Para que se faça a combinação precisa entre plano e mercado (que perdurará por todo um longo período histórico, possível e viabilizável não por alguma pré-determinação metafísica mas pelo resultado concreto de lutas sociais e pela vitória de um projeto político) é necessário uma visão precisa do que é o mercado.

Para ajudar nessa caracterização vamos trazer ao debate a contribuição de um não-marxista, o autor do livro *A grande transformação: as origens de nosso tempo*, Karl Polanyi (Editora Campus, 1980). Nesta obra, Polanyi descreve o mercado como um mecanismo que existiu desde muito antes do capitalismo, passando de um mecanismo secundário, marginal na regulação da atividade econômica para o estatuto de mecanismo regulador central.

A descrição de Polanyi é impressionante: "... os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana e natural, assim como a sua

organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico". A tragédia humana causada pelo mecanismo do mercado auto-regulável foi enorme, descreve Polanyi: "...os efeitos causados nas vidas das pessoas foram terríveis, quase indescritíveis. A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo" (pags. 86/88)

É hora de perguntar a Luiz Koshiba se é possível atribuir a este mecanismo autodestrutivo, a este moinho satânico "... que triturou os homens transformando-os em massa" (pag. 51) a tarefa de "condição material da liberdade"?

Ao contrário, o próprio capitalismo cuidou de construir proteções que "cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo". Palavra para Keynes! No plano político, Polanyi lembrará que "... dentro e fora da Inglaterra, de Macaulay a Mises, de Spencer a Sumner, não houve um único militante liberal que deixasse de expressar a convicção que a democracia popular era um perigo para o capitalismo" (pag. 224).

Mercado e democracia ?

Ora, é um completo engano atribuir ao mercado a **defesa da democracia**, da liberdade. Esta posição é um economicismo equivocado. E desmentido pela realidade: basta ver o que está ocorrendo na China, onde a reintrodução do mercado tem se combinado bem com a ditadura burocrática.

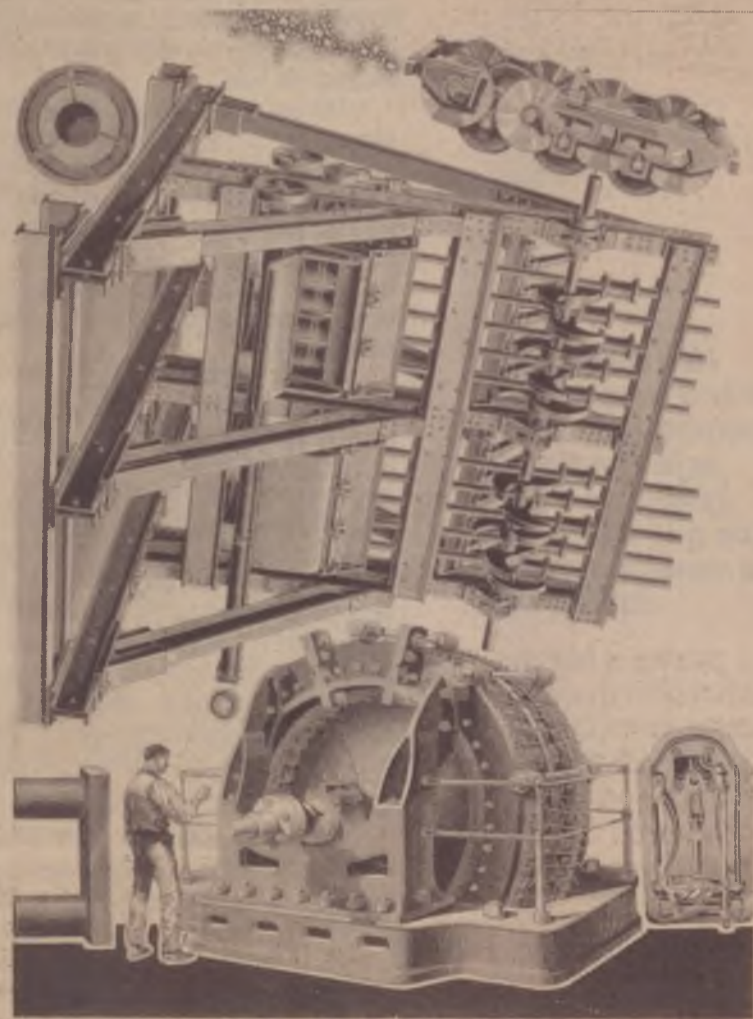
Por outro lado é interessante anotar as consequências da reintrodução não-planejada dos mecanismos de mercado no Leste (ou a reintrodução dirigida pelas grandes corporações, como na ex-Alemanha Oriental): o custo social é elevadíssimo e demonstra a permanência dos velhos métodos do "moinho satânico".

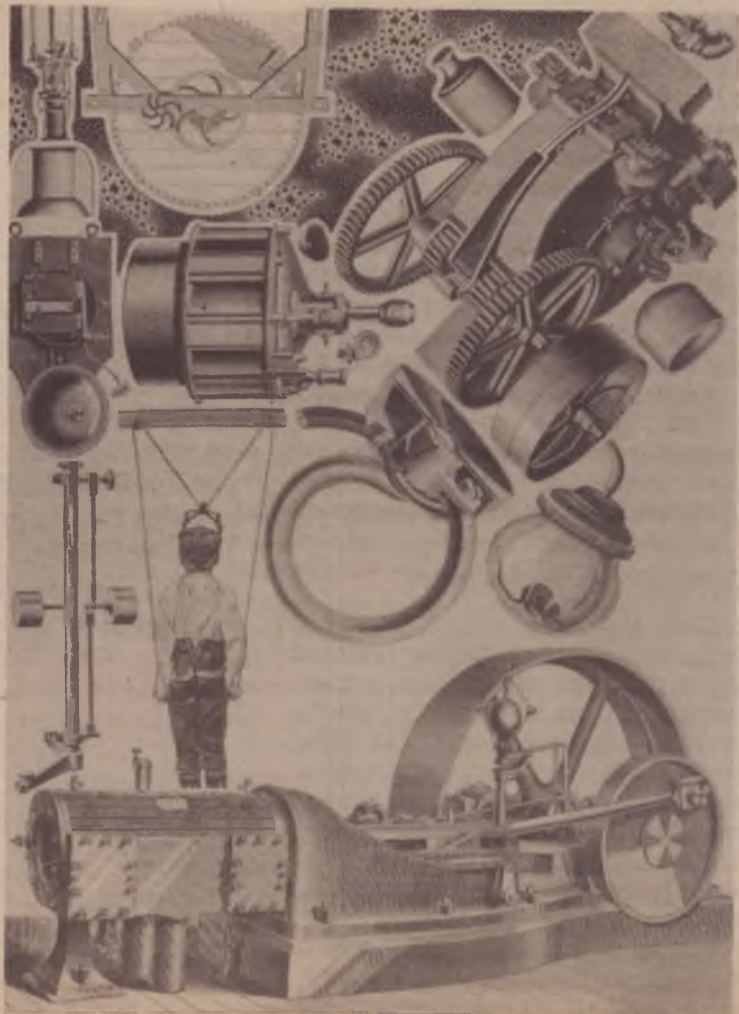
Um dos principais dramas do presente fim de século é criado pela volta deste moinho satânico ao cenário mundial: o antigo "segundo mundo" está se transformando em uma nova região do "terceiro mundo", e o "terceiro mundo" ao implementar o receituário neoliberal vai pavimentando seu trajeto para o "quarto mundo". Eis a obra do "mercado".

É bom insistir na polêmica: o que garante a democracia não é o mercado, mas a própria "invenção" da democracia, a sua prática, a sua multiplicação.

Entendendo o significado do mercado, deste "moinho satânico", é necessário que tenhamos um projeto de construção da democracia e uma visão da economia - **subordinada à tarefa da construção da democracia** - que seja

O mercado continuará existindo por um longo período não por suas virtudes, mas pelo atraso da sociedade, pelo peso da herança legada pelo capitalismo, pelo ilimitado desenvolvimento da economia.





capaz de não apenas "domar" e controlar o mercado, como também retirar dele toda a contribuição possível para o nosso projeto de sociedade: vamos "botar o mercado para trabalhar" para nós. Evidentemente, para realizar tal projeto é preciso se despir das ilusões sobre ele.

Para que o plano seja de fato capaz de predominar sobre o mercado (como quer Luiz Koshiba) deve ser feito democraticamente, compreendendo o significado do mercado, a base real de sua existência e permanência, os limites que impõe ao avanço da sociedade. O mercado continuará existindo por um longo período não por suas virtudes, mas pelo atraso da sociedade, pelo peso da herança legada pelo capitalismo, pelo limitado desenvolvimento da economia determinando a escassez de bens.

A Tese da Articulação ao Congresso do PT é correta ao afirmar que "... o PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o espaço social da troca por decreto". Ao mesmo tempo, situando uma possibilidade histórica, a mesma Tese esclarece que "... no entanto, o fortalecimento das formas socializadas de produção e o desenvolvimento tecnológico (...) poderão permitir que historicamente possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção" (7).

A melhor combinação não é entre plano e mercado, apenas. Considerando as limitações e os problemas inerentes ao mecanismo de mercado, a centralidade da questão da democracia e a dinâmica histórica como uma possibilidade (evidentemente não pré-determinada), seria mais rica a combinação entre **democracia, plano e mercado**.

Não apenas a burocracia deve ser combatida com democracia, mas também o capitalismo. Por isso o nosso projeto de socialismo deve ter por eixo central, deve se apoiar no permanente e ilimitado avanço da democracia. Assim, a principal diferença entre a concepção de socialismo do PT e a imposta na sociedade soviética é a democracia: e isto é suficiente para colocar uma distância de **anos-luz** entre um e outro. Diferença de qualidade e plena de consequências, inclusive econômicas.

Estalinismo e estatização

Ao confiar a um mecanismo econômico a garantia da liberdade Luiz Koshiba é empurrado a outros equívocos. Para sustentar sua posição ele precisa fazer uma inversão: o estalinismo se torna uma consequência da estatização absoluta da economia. Isso não é sustentável historicamente.

A relação é inversa: o estalinismo primeiro venceu como

uma opção política tomada em um determinado contexto histórico, que excluiu outras opções que se apresentavam à sociedade soviética (3). Configurou-se uma contra-revolução política e social que não apenas derrotou como também massacrou todas as alternativas então existentes, eliminando fisicamente seus autores, seus defensores, seus possíveis apoiadores, imaginados simpatizantes etc. Depois de vitorioso, o estalinismo impôs um processo de controle absoluto e despótico sobre a sociedade soviética.

Há uma lógica razoável entre um controle absoluto e totalitário da sociedade e uma dinâmica, posterior, de controle absoluto da economia: a estatização absoluta é um produto do estalinismo. Um autor (citado no livro do Nove em defesa da combinação entre plano e mercado), Trotsky, analisando o significado da burocracia ressalta que "... no auge de seu aventureirismo econômico, Stalin prometeu mandar a NEP (isto é, o mercado) 'para o diabo'" (*A revolução traída*, pag. 52). O mercado foi abolido por decreto (embora ele teimasse em reaparecer das mais variadas formas desde então...).

A inversão feita por Koshiba da relação entre estalinismo e estatização absoluta seria útil para demonstrar ser o mercado a real antítese à burocracia. A incorreção da primeira afirmação expõe a debilidade da conclusão.

Colocando o processo do estalinismo em sua dinâmica histórica concreta, real, é possível avançar mais na compreensão de vários elementos que serão úteis à nossa elaboração: 1) o despotismo burocrático levou à estatização absoluta, e 2) controle estatal está longe de significar controle democrático, controle social, controle pelos trabalhadores. Assim, a dicotomia "estatal" versus "privado"

pode ser limitada para abarcar a complexidade social e econômica que um projeto democrático e socialista deve dar conta. Por outro lado, a dicotomia também não pode se reduzir à polarização "plano" versus "mercado": é necessário que se avance na proposta de como e por quem será feito o plano, qual o papel, espaço e condições para o mercado. É o que tentar-se-á discutir adiante.

Burocracia e atraso tecnológico

É importante a discussão (que pode ser aprofundada em outra oportunidade) acerca das consequências sociais e econômicas da 'ideologia' do "socialismo em um só país", um dos pilares do estalinismo. Se, está decretado que a Rússia já alcançou o socialismo, não pode haver mercado, a lei do valor não opera mais etc etc. É impossível até mesmo reconhecer o atraso tecnológico: por definição um país socialista é mais avançado que um "ainda" capitalista, logo... A incorreção, o delírio, o chauvinismo desta definição foram, sem dúvida, um potente bloqueio ao desenvolvimento científico e social da Rússia no seu período de gestão burocrática.

Além do mais, a liberdade é essencial para a criação científica e a democracia é essencial para viabilizar a difusão de tecnologia na era da informação. Um exemplo tragicômico é o da ex-Alemanha Oriental, onde o uso de máquinas xerox era bastante restrito e controlado... A burocracia, por si só, é um bloqueio enorme ao progresso tecnológico. É importante insistir nisso para mostrar o quanto definições econômicas são decorrentes de questões políticas, ao contrário do que exporiam alguns manuais de marxismo vulgar (onde a economia tudo define ...).

A estagnação determinada pela burocracia, que está na base do estabelecimento do enorme diferencial de produtividade entre os países do Leste Europeu e os países capitalistas centrais, tem sido responsável por uma outra justificativa "positiva" do papel do mercado: ele seria responsável pelo progresso tecnológico. A associação entre mercado e inovação tecnológica é uma das idéias-força do neoliberalismo.

Voltemos a chamar um interlocutor não-marxista, agora a insuspeitíssima "Business Week". Em um número especial sobre a corrida tecnológica, o articulista menciona recentes pesquisas de teoria econômica que teriam chegado à conclusão do mecanismo de mercado não ser muito adequado à "alta tecnologia". Nessa área seriam requeridas intervenções governamentais bem planejadas e ritmadas (evidentemente em apoio às indústrias norte-americanas de alta tecnologia que vão perdendo a "guerra econômica" com as competidoras japonesas...).

A relação é mais complexa e mais mediada: o comando do progresso tecnológico está com os setores dependentes

Não é seguro, ao contrário do que afirma Koshiba, que o plano seja condição de igualdade e muito menos que o mercado seja a condição material da liberdade.

de pesados gastos estatais (no caso americano veja-se o uso das verbas do Departamento de Defesa, e a origem militar de inventos como o computador, a máquina ferramenta com controle numérico, radar, laser etc; no caso japonês há uma complexa relação entre o estado e as grandes corporações que administra e financia esse processo).

Ao contrário do que apregoa a 'ideologia' neoliberal, o mercado não é tão responsável pelos grandes avanços científicos e tecnológicos. É outra justificativa que não se sustenta.

Ao tratar de forças produtivas e sua contribuição ao socialismo, Nove parte de uma visão muito pouco crítica: ele está longe de anotar o caráter "burguês" delas, ou apontar limitações em quem as trate como "neutras". Do alto do seu pragmatismo explícito, Nove raciocina muito mais em termos de um ajuste inevitável ao padrão tecnológico herdado do capitalismo. A crítica de Koshiba a Nove tem todo fundamento quando faz um duro senão ao "socialismo produtivista".

Mercado versus tempo livre

Talvez a defesa mais reveladora do papel do mercado no socialismo de mercado venha de Ota Sik. Para ele o mercado tem o papel de estimular a produtividade do trabalho, sem o constrangimento por ele imposto cada pessoa "... tentará maximizar a sua renda com o menor gasto de trabalho". Catherine Samary em **Plano, mercado y democracia** considera essa posição de Ota Sik baseada em uma "idealização das virtudes do mercado e (n)uma visão 'pessimista' sobre o comportamento dos indivíduos no trabalho".

Luiz Koshiba tem uma preocupação que é correta: aponta a contradição entre o mercado e o caminho da sociedade (socialista) "...em direção à abolição do trabalho". Nove recebe aqui uma crítica por não perceber que a lógica da economia socialista deve se apoiar no tempo livre. Mudanças profundas devem ocorrer à medida que se avance em direção a uma sociedade crescentemente dirigida pela busca e pela lógica do tempo livre (se o capitalismo é a sociedade do trabalho, o socialismo deverá ser a do tempo livre). Para a realização de tal mudança, um razoável definhamento do mercado é necessário (4).

Mercado e países dependentes

Passando a outro ponto de nosso debate: me desculpe Luiz Koshiba, mas eu não fiz uma crítica ao Alec Nove por se limitar aos países industrializados. Eu me apoiei no Nove para criticar a sua resenha. Ela não captou o alerta de Nove acerca dos limites do mecanismo de mercado para países que precisam obter altas taxas de crescimento. Nove explicitou que um esforço em prol de uma "transformação estrutural radical num curto espaço de tempo ... pode, na verdade, ser inconsistente com o mecanismo de mercado" (**A economia do socialismo possível**, pag. 340).

E este me parece ser o caso do Brasil.

A crítica se mantém, portanto.

Afinal esta questão é inteiramente essencial: como elaborar um Projeto para o Brasil, subestimando ou mesmo desconhecendo esse caráter periférico, a especificidade de nossa inserção na economia mundial, a hostilidade da antiga e da "nova ordem econômica internacional" e sua correspondente divisão de trabalho?

Ao não marcar esta diferença estrutural entre o nosso país e os centros avançados do capitalismo, abre-se uma lacuna na formulação de Luiz Koshiba que terá incidência sobre a presente discussão do mercado e do plano. **A razão é simples:** na periferia do capitalismo o desenvolvimento econômico depende de investimentos públicos e estatais (5), e o nosso projeto deve dar conta disso. □

(1) NOVE, ALEC. The role of central planning in capitalism and market socialism, in ELSTER, JOHN (edit). Alternatives to capitalism, 1989.

(2) No seu artigo Jorge Nahas fez uma interessante descrição dos problemas da atividade produtiva das padarias. A complexidade das questões envolvidas justificavam a permanência das relações mercantis. Desnecessário tal exercício dada a obviedade da não-estatização das padarias. Mas, realizado o exercício que expôs a complexidade do ramo panificador, sugiro um outro: imagine o funcionamento da IBM. Atua em mais de cinco continentes, lida com produtos diversos, altamente sofisticados, que envolvem talvez milhares de componentes distintos, construídos em

fábricas diferentes e montados em outras ainda, articulando desde a compra dos componentes, passando pela fabricação até a venda e a assistência técnica por mais de cem países, mantendo laboratórios de pesquisa que empregam alguns Prêmios Nobel, organizando o lançamento de alguns produtos para daqui a dez anos etc. Não há dúvida que é mais complexo do que fazer pão... E funciona. Por que? Há planejamento (empresarial, administrativo, operacional) e funcionamento organizado. Seguramente, no interior dessa mega-corporação o mercado não atua. Entender como funciona uma IBM, uma General Motors, uma Honda, uma Siemens, é trazer elementos para a compreensão do capitalismo de nosso tempo. Base de nossa crítica contemporânea a ele.

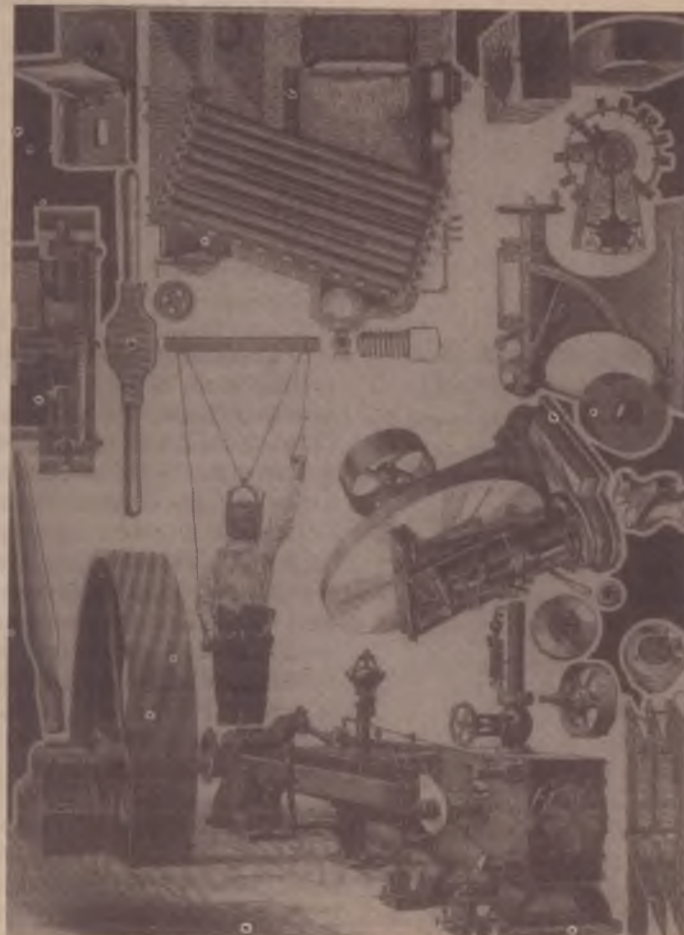
(3) Em seu texto "Teses sobre o socialismo" (ver EM TEMPO 252), João Antônio de Paula aponta para uma explicação do processo de degeneração burocrática ocorrido na sociedade soviética que parte da compreensão da opção política tomada no curso de uma luta onde terminou vitoriosa a alternativa stalinista.

(4) Para atualizar a crítica ao capitalismo de nosso tempo, a discussão do "tempo livre" é fértil. O capitalismo - aqui se trata em especial dos países centrais - tem mostrado uma grande capacidade em combinar o impulso do progresso tecnológico com a restrição do acesso aos ganhos de produtividade que ele enseja. A revolução da informática (que coloca no horizonte a possibilidade da "eliminação do trabalho") vai se combinando com uma reestruturação do mercado de trabalho onde cresce o desemprego estrutural, o trabalho a título precário, a regressão nos direitos sociais. Coisas do mercado... (ver ADAM SCHAAF, A revolução da informática, estudo feito por encomenda do Clube de Roma).

(5) Em um documento preparado pelo Grupo de Economistas do PT essa questão está bem fundamentada teoricamente. No item intitulado "Notas sobre a dinâmica periférica" se afirma que: "...em síntese, a dinâmica periférica se caracteriza por uma tendência à estagnação, que só é superável pela intervenção do Estado enquanto ela for viável, vale dizer, enquanto ela for capaz de viabilizar uma permanente transferência direta ou indireta de recursos do conjunto da sociedade para o seu núcleo 'dinâmico' de substituição de importações". GRUPO DE ECONOMISTAS DO PT-MG, Para um projeto do PT.

Eduardo Albuquerque é vice-presidente do PT mineiro.

Koshiba tem uma preocupação que é correta: aponta a contradição entre o mercado e o caminho da sociedade (socialista) "em direção à abolição do trabalho".



de um cenário da cidadania burguesa mas são uma classe com um projeto diferenciado e que, portanto, podem construir uma nova forma de civilização.

A partir destas práticas sociais de transformação da própria classe é que se pode pensar a relação entre a obra do Lenin, do Gramsci e do Trotsky sem a redução de um ao outro. Dizer o contrário é dizer que os revolucionários só aprendem lendo livros e a teoria ou seja que a história não é um "laboratório" da luta social. As contribuições de Gramsci, Lenin e Trotsky caminham juntas, determinam-se mutuamente, ainda que com incompreensões bastante radicais. No caso de Gramsci, em função mesmo do universo ideológico do seu tempo, há duas incompreensões radicais: uma se refere a Rosa Luxemburgo e a outra a Trotsky.

- Voltando à pergunta e talvez concretizando-a mais. Se visualizarmos os Cadernos, não encontraremos aquela ênfase própria da experiência nos Conselhos de fábrica de Turim como forma superior de democracia, como superação do liberalismo do PSI e do economicismo da Confederação Geral do Trabalho (CGL). No índice da edição crítica dos Cadernos do Cárcere, a palavra conselho não aparece. E eu acredito que esta tese da descontinuidade entre o Gramsci dos Conselhos e o Gramsci dos Cadernos não constitui uma verdade inteira - não é correta - mas tem elementos de verdade, a crítica a um certo corporativismo e obreirismo do Gramsci dos Conselhos.

Edmundo - Você me lembrou a história da propaganda de um certo jornal que diz que com pequenas verdades se constrói uma grande mentira. O fundamental do meu ponto de vista é o seguinte: o pensamento de Gramsci nasce - eu não diria fora - mas em uma situação marginal no contexto da social-democracia.

Há uma grande diferença entre o pensamento social-democrata alemão e o italiano. Na Itália você não tem abertamente uma corrente revisionista tal como a representada por Bernstein ou, em vários momentos, pelo próprio Kautsky. No plano filosófico também não há uma volta à Kant como ocorreu no partido alemão. Na Itália, o elemento de diálogo com a social-democracia era o positivismo. Através desta leitura positivista do marxismo, se reduzia o pensamento de Marx ao enunciado de leis de bronze da economia, da inevitabilidade na história. Contra isso Gramsci pratica uma forte oposição, no início de eficácia limitada pela sua própria posição dentro do partido.

Gramsci vive intensamente o processo de renovação cultural italiana que, por um lado, quer demarcar claramente a sua posição crítica ao pensamento transcendental-religioso que nega a historicidade da vida e das práticas remetendo tudo a um hipotético futuro não humano e não histórico e, por outro, combate também firmemente o positivismo. E também a posição liberal, ainda que vivida por socialistas, que cindiam o econômico do político. Essa visão não dialética, que pulverizava a unidade estrutural da sociedade, era para Gramsci fonte de corrupção. E é exatamente essa visão cindida, mistificada, atomizada da estrutura que estava na base da prática social-democrata italiana. O PSI faz as agitações políticas, a CGL as sindicais. A partir daí temos o predomínio do sindicalismo corporativista sobre a atuação partidária. E a capitulação do partido à ordem capitalista.

Antes da fundação do PCI, eu divido em dois momentos a formação do pensamento gramsciano: o momento que vai até a rebelião da classe operária em Turim, contra a guerra, em 1917, e o período que vai daí até a elaboração sobre os conselhos de fábrica. Neste primeiro momento, Gramsci era um jornalista da classe operária; era um intelectual que intervinha como jornalista. Gramsci vai, de certa forma, acumulando elementos para conceber a racionalidade das classes trabalhadoras. O que é distintivo nele, já desde este momento, é a busca de uma verdade na classe e não sobre ela.

- Como assim?

Edmundo - Você não está trabalhando com verdades desde logo reveladas, fatais. É preciso, por exemplo, demonstrar a especificidade da classe operária italiana, não bastando uma identificação genérica com as outras classes trabalhadoras. A classe operária italiana não é um caso particular do modelo "proletariado universal".

Ela é uma criatura recente. Quando Gramsci escreve, entre 1912 e 1917 (o primeiro momento), a industrialização italiana tem pouco mais de duas décadas. E o PSI tem o

mesmo período de existência. Assim ela é muito diferenciada da classe operária inglesa e mesmo alemã, não apenas pela sua "juventude" mas também pela sua posição praticamente periférica na ordem capitalista.

Portanto, foi necessário pensar o que era essa classe e seu partido. O positivismo ao afirmar a existência de leis eternas mistificava essa originalidade da classe italiana. Ao negar esse fatalismo positivista, Gramsci trabalha com a idéia da desconstrução do universo mitológico do capitalismo e a visão messiânica dos partidos socialistas (que só podem ser universais por viverem as situações nacionais, e não universais abstratamente).

O processo de desconstrução realizado por Gramsci partia da sua presença no cotidiano da classe, nos seus jornais, passando mesmo por um Clube de Cultura onde ele fazia seminários com os operários. A partir da cultura, ele estabelece um novo vínculo com a classe. Contato permanente, educador, pedagógico - no sentido das Teses sobre Feuerbach - com a classe operária.

É algo importante porque nesse período há uma confluência entre jovens intelectuais da Universidade de Turim e o movimento operário mais importante da Itália. É esta confluência, é esta atividade de formação de quadros no interior do próprio PSI e nos próprios sindicatos italianos, é isso que vai configurar o construir a verdade da classe e não sobre ela. Isso significa que as instituições da classe - ele falava isso já em 1917, 1918 - devem realizar este trabalho cotidiano.

O segundo momento, ainda antes da fundação do PCI, é posterior à insurreição da classe operária em Turim (1917). A liderança socialista está toda presa e ele passa a ser dirigente partidário. A reflexão se amplia. A matriz vai sendo reelaborada, redimensionada. Não uma mera soma. Cada nova experiência que vai sendo trabalhada, vai redefinindo o sistema de conceitos.

Esta elaboração gramsciana só podia ser feita a partir desta idéia que a verdade era construída historicamente pela classe. Não lhe bastava a certeza messiânica de que o socialismo viria. Esta idéia foi extremamente agudizada a partir de um anúncio da Rússia soviética, publicado no *Avanti!*, jornal socialista, pedindo operários qualificados. Já desde 1919 existia na Rússia soviética a escassez de força de trabalho altamente qualificada. É uma antecipação histórica que ele vive, ou seja, a necessidade de preparar os trabalhadores para a identificação classista, para subtrair-se às mitologias do capitalismo e, ao mesmo tempo, preparar esta reflexão sobre o que vai ser a gestão socialista na Itália.

Tudo isto é, evidentemente, redimensionado após a derrota dos conselhos de fábrica. Derrota após a mais original experiência dos trabalhadores italianos: produzem sem técnicos e sem capitalistas. Gramsci dizia que isto provava a desnecessidade da figura parasitária do proprietário. Redimensionado também pela fundação do PCI. Os PCs é bom lembrar se generalizam em um momento em que a revolução russa não consegue sua expansão universal. O mito dessa expansão vai sendo minado. E com exceção do PC francês, todos os demais são formados por cisões minoritárias na esquerda.

- Nesta sua visão, os Cadernos do Cárcere seriam uma ampliação da reflexão gramsciana, a partir de um núcleo comum, mais do que propriamente uma descontinuidade. Mas esta visão não apagaría os elementos auto-críticos contidos nos Cadernos?

Edmundo - Tentei passar a idéia de uma ampliação que se auto-redefine, que reescreve uma série de novas problemáticas e, ao fazer isto, evidentemente não permanece igual.

- Que elementos são, então, reescritos?

Edmundo - Há uma reinscrição de um certo otimismo presente na obra do período dos conselhos. Gramsci se questiona nos Cadernos: por que perdemos? Reflexão que não é nem resignada, nem lamuriosa. Reflexão que reconstrói esta experiência. Isto está muito claro em um fragmento chamado *Espontaneidade e direção consciente*. Aqui ele reivindica a experiência dos Conselhos enfaticamente e critica seus críticos: não fora um culto ao espontâneo, mas um profundo trabalho de educação política, feito por uma direção que não era retórica e por uma massa extremamente qualificada. Se examinarmos o período que vai de 1921 a 1926, período em que é dirigente partidário, veremos que a reflexão sobre os conselhos é permanente.

Era a forma de estabelecer a relação orgânica da classe

Para Gramsci, a hegemonia não era apenas domínio ideológico mas a idéia da construção de uma nova forma de civilização, da identidade das classes trabalhadoras e do projeto socialista.



operária com a classe camponesa. Em vários momentos ele retoma a palavra-de-ordem dos Conselhos. Mas, é inegável que nos Cadernos ele tem uma visão ampliada. Também do ponto de vista internacional. Ele fora representante do PCI (1921-1922) na Internacional Comunista. Dialogara com as direções comunistas internacionais e repensa fortemente o impacto da bolchevização dos partidos comunistas. Processo que ele próprio viveu intensamente. Mas sempre com a marca da sua prática italiana. Internacionalista e não cosmopolita como ele gostava de dizer.

O que muda radicalmente é o caráter da atualidade da revolução. Ela não estava mais na ordem do dia. Tratava-se de elaborar uma estratégia que permitisse aos comunistas italianos sair do isolamento a que o fascismo os tinha reduzido e estabelecer uma nova ligação com as massas italianas. E assim reconstituir o partido e pensar as perspectivas do pós-fascismo. Gramsci negava radicalmente a possibilidade de passar do fascismo ao socialismo. Negava a tática estalinista da classe x classe. Seria necessário um período de transição até mesmo para a reconstituição da própria classe quando não de toda a sociedade italiana. O redimensionamento presente nos Cadernos não perde a característica anterior, trabalha a derrota, repensa toda a prática. Mas, no fundamental, conserva este elemento básico: construir a identidade da classe desde o seu interior.

Ele pode repensar suas posições sem alterar a matriz fundamental: a proposta da construção da hegemonia. A revolução não estava na ordem do dia; mas não estava morta. O marxismo não tinha morrido, portanto, era preciso continuar a elaborar este desafio em uma sociedade muito mais elaborada e diversificada do que fora a experiência da revolução russa.

- Você estava se referindo à diferença da "situação italiana" da "situação russa". Esta diferenciação tem sido frequentemente assimilada como a diferença entre uma sociedade "ocidental" e uma sociedade "oriental". E a partir desta diferenciação, há uma identificação da sociedade brasileira a uma sociedade de tipo ocidental. Houve uma tendência por parte das pessoas que se reivindicam do pensamento de Gramsci no Brasil da aplicação de um Gramsci "italiano". Assim, essa idéia gramsciana da necessidade de uma matriz nacional do pensamento é muito abandonada, como por exemplo, por um pensador como Carlos Nelson Coutinho. O que, na sua opinião, é nacional, "italiano", no pensamento de Gramsci e o que é universal?

Edmundo - O nacional, no pensamento gramsciano, é exatamente este conhecer profundamente a cultura das classes sociais italianas; a apreensão da forma desigual pela qual o capitalismo se estabeleceu em território italiano e marca, pela cisão regional, uma forma muito particular de cisão entre as classes. Nacional no pensamento gramsciano é esta colocação permanente da questão cultural, da questão religiosa.

O universal no pensamento de Gramsci é, exatamente, a capacidade de perceber na história concreta das revoluções européias, na forma pela qual o modelo de cidadania burguesa se estabelece, de perceber como isto se traduz na experiência nacional. É também a forma pela qual se pode, a partir da experiência nacional e daquelas questões, pensar o conjunto da experiência mundial. Mais particularmente a experiência americana - o americanismo - que vai ser muito mais trabalhado no Cárcere do que no período dos Conselhos. Novidade "tardia" italiana, o americanismo era a tentativa dos dominantes italianos de atingir o ponto mais alto do capitalismo àquele tempo.

Universal é a percepção de que a forma de fazer política está profundamente ancorada nas questões ideológicas, mas que não se reduz a elas. E que a forma de se fazer economia só é possível se pensada a partir deste profundo imbricamento entre economia e política. Universal é a percepção de que o capitalismo domina não apenas pela reprodução da sua materialidade mas porque, e quando, incorpora as outras classes ideologicamente no próprio processo produtivo; e também no ativo mas, pelo menos, passivamente quando consegue neutralizar as diferentes percepções da realidade social e aparece como sendo a única possibilidade de expressão histórica dessas classes. Mas também é profundamente nacional porque ele pensa a necessidade da experiência ser entendida profundamente pelas classes sociais italianas.

- Esta atribuição à sociedade brasileira do caráter de "ocidental" acaba sendo uma forma de dissolver diferenças em um conceito muito genérico. Haveria a possibilidade de pensar semelhanças entre a situação brasileira e a italiana a partir de várias categorias que Gramsci elaborou para pensar a sociedade italiana da época?

Edmundo - Na realidade, quando se trabalha a idéia de sociedade ocidental e de sociedade oriental, descartando essas noções de suas histórias específicas, ela acaba sendo muito mais aquilo que Max Weber chamaria de tipo ideal. É um conceito formal que pode se aplicar aqui e ali. A idéia de que você, evidentemente, tem uma sociedade extremamente diversificada, extremamente polarizada, como São Paulo, e tem um conjunto extremamente oriental (escolha à vontade o exemplo!) mostra o quão caricatural isso pode ser.

A reivindicação central do pensamento gramsciano é a historicização da reflexão política. Você tem razão quando diz das semelhanças entre os contextos brasileiro e italiano. Mas existem diferenças substantivas sobre as quais é preciso ter clareza. O Brasil se "tomou" uma sociedade "ocidental" exatamente a partir do fim da II Guerra Interimperialista, dita mundial. E tem uma industrialização que já "nasce" oligopolizada em alta escala. A Itália que Gramsci conhece e trabalha fez sua industrialização no final do século passado. Mesmo o fato de serem ambas industrializadas "tardias" não qualifica nada. Esse tardio é extremamente diferenciado. A possibilidade de passagem do Brasil à qualidade de país capitalista avançado (pertencer, como querem os modernistas de plantão, ao "Primeiro Mundo") tem limites muito mais claros no Brasil, do que foi a situação italiana no início do século. A industrialização italiana era de ponta, basta lembrar que na guerra de 14 a Inglaterra usou aparelhos de guerra fabricados em Turim. E que a indústria do automóvel nasce ao mesmo tempo na Alemanha e na Itália. Nada disso é real no Brasil. No Brasil o que existiu foram as montadoras de automóvel com tecnologia e elaboração externas.

Os problemas que se colocam para o operariado brasileiro hoje são absolutamente diferentes. Em nenhum momento, nem nos momentos mais avançados da luta você tem a generalização da idéia de que o operariado deve preparar-se para a gestão social.

A história concreta destas duas sociedades é absolutamente diversa apesar das semelhanças formais. O fato de que a sociedade dita ocidental, moderna, é uma sociedade diversificada, não mostra as condições do seu parto, ou seja, como se constitui essa modernidade no Brasil? A décima primeira economia do mundo (antes do avanço em marcha batida para o primeiro mundo se falava em oitava) é criatura e criadora de um dos mais baixos salários mínimos do mundo.

Falar em modernidade ou em ocidentalidade no Brasil sem contextualizar historicamente a matriz de como se chegou a isso é trabalhar com conceitos puramente formais.

E aí se fala em hegemonia. Eu me pergunto: essa hegemonia como foi claramente postulada pelos gramscianos do PCB, durante muito tempo, não implicava em uma subordinação real da classe trabalhadora, de uma maneira tão forte que, na prática, minimizava a possibilidade de elaboração de uma visão alternativa?

Quem não tem simplesmente uma visão reducionista e instrumental do Estado, visto apenas como aparelho de dominação de uma classe, pode também ver na diversidade do Estado brasileiro uma prova de sua modernidade. Que modernidade é essa onde um Estado capaz de diversificar, de se apresentar como moderno, propõe o neoliberalismo e mantém todo o sistema de alianças do regime da ditadura. Que modernidade perversa é essa? Conserva os traços da dominação anterior, atualiza o plano econômico mas não toca na dominação política. Sofistica a mídia, mas não altera fundamentalmente a dominação ideológica. Que na realidade trava o maior e mais complexo ataque ideológico às forças mais avançadas da sociedade, para manter os privilégios dos dominantes, dos Donos do Poder.

Enfim cabe a pergunta: para que serve a noção de sociedade ocidental aplicada ao Brasil? Para determinar, por exemplo, o predomínio da guerra de posições? Lembremos que uma certa tática aliancista a priori levou a uma real e efetiva subordinação das classes trabalhadoras no Brasil. Ocidental e oriental a um só tempo, a sociedade brasileira requer e exige um aprofundamento do estudo da densa rede de contradições e não apenas um novo rótulo. □

Falar em modernidade ou em ocidentalidade no Brasil sem pensar historicamente a matriz de como se chegou a isso é trabalhar com conceitos formais que podem ser aplicados aqui e ali.

Um balanço do I Congresso



Eric Toussaint

O I Congresso da FSLN foi preparado por 1.374 assembleias em que participaram mais de 47 mil membros e filiados, cifra equivalente a 43% do total. Segundo o informe oficial do Congresso, a FSLN contaria com 110 mil participantes, frente a uma população de cerca de 3 milhões e 500 mil pessoas.

Parece que logo após a derrota eleitoral houve uma onda de adesões. Se por um lado isto se deu pela flexibilização das condições para entrar na FSLN, por outro, este fluxo testemunha a vitalidade da FSLN em um contexto social e político em que vale mais ter uma credencial da UNO (União Nacional de Oposição) para assegurar o emprego no serviço público ou para conseguir um empréstimo como pequeno comerciante... A perda do poder governamental, por outro lado, obrigou o aparato da FSLN a um tratamento prejudicial de enxugamento: o número de profissionais passou de 3400 para 200.

Apesar destas dificuldades, o fato de ser oposição implicou em um corte - em uma "desfusão" - entre a Frente e o aparato estatal que foi muito benéfico para os sandinistas: revitalização das estruturas nos diferentes níveis, maior liberdade de ação para as organizações sandinistas de massas... Em contrapartida, à luz das estatísticas sobre a composição do I Congresso, a Frente aparece carente de "sangue jovem" (menos de 6% dos delegados tinham menos de 26 anos, quando a maior parte da população nicaraguense tem menos de 18 anos), a presença das mulheres é marcadamente insuficiente (17,5% dos delegados eram mulheres), e os trabalhadores rurais e industriais estavam subrepresentados (3,5%).

Unidade reafirmada

O Congresso, que contou com a participação de mais de 500 delegados, foi palco de vivas discussões. Porém, elas pareciam mais um exercício pedagógico da direção diante da base do que um verdadeiro debate de congresso. Houve centenas de intervenções, mas só indiretamente tocou-se nas questões diante das quais a Frente e as massas estão confrontadas. Isto contrastou com os debates preparatórios, que se desenvolveram algumas vezes em termos violentos, sobretudo na imprensa sandinista ou em outros meios de informação.

No curso destes debates pré-congressuais, os "moderados" defendiam a tese da trégua social, do acordo com o governo de Chamorro-Lacayo, do apoio às suas medidas

econômicas (austeridade, privatizações em todos os setores), contrapondo-se às "inoportunas" greves conduzidas pelos sindicatos sandinistas. Pretendiam preparar assim uma vitória eleitoral sandinista em 96. As concessões que preconizavam deveriam permitir a manutenção do controle sandinista do exército que garantiria o retorno legal da Frente ao poder governamental em cinco anos. Entre os "moderados" estão, entre outros, Humberto Ortega, comandante do exército, Sergio Ramirez, líder do grupo sandinista na Assembleia Nacional (AN) e novo membro da Direção Nacional (DN), Victor Tirado Lopes, um dos nove comandantes, Edmundo Jarquín, vice-presidente da bancada sandinista, Herty Lewittes, ex-ministro de Turismo, Martinez Cuenca, ex-responsável pela política econômica.

Por outro lado, os opositores desta linha, chamada de "co-governo", levantavam a necessidade de defender passo a passo o nível de vida das massas, o emprego e as conquistas revolucionárias. Além disso, consideravam que havia um perigo de transformar a FSLN em um partido eleitoral.

Este debate não reapareceu no centro do I Congresso. Foi introduzido enviesadamente, ao seu final, através do discurso de Humberto Ortega.

Os principais protagonistas do debate que precedeu o I Congresso emudeceram quando este iniciou. Como explicar isto? Entre abril e julho deste ano, constatou-se uma nítida radicalização dos discursos de Daniel Ortega, em resposta aos incessantes ataques da burguesia, que aceleravam o desmantelamento do Estado revolucionário. Da radicalização dos discursos, a FSLN passou logo a ação: constituiu a Frente de Luta Popular, na qual o movimento comunitário em defesa da reforma urbana da propriedade jogou um novo papel. No entanto, a mobilização não foi suficiente para deter a vontade do grupo parlamentar da UNO de reverter os decretos sobre a propriedade das moradias.

A bancada sandinista retirou-se da Assembleia Nacional em meados de junho. Esta radical retirada por tempo indefinido voltou a unificar as fileiras sandinistas. Isto permitiu ao I Congresso da FSLN reafirmar sua unidade, o que constitui um elemento de força.

Mas na medida em que os congressistas não debateram e definiram uma orientação clara e coerente para fazer frente aos ataques da burguesia e tentar reconstituir um bloco revolucionário hegemônico, as contradições que atingem a FSLN irão reaparecer. Ainda mais que a retirada da bancada sandinista da Assembleia Nacional não pôe fim à "política de acordos" com a coalizção contra-revolucionária no poder. Com efeito, a direção da FSLN mantém uma aliança conflituosa com a chefia do governo, a dupla Chamorro, presidenta e sua eminência parda, Lacayo. Estes veem com maus

Sua marca foi a reafirmação da unidade da FSLN frente às fortes tensões decorrentes de estratégias diversas frente ao governo e à UNO.

Apenas 6% dos 500 delegados tinham menos de 26 anos; apenas 17,5% eram mulheres e só 3,5% trabalhadores rurais e industriais.



olhos a agressiva atitude anti-sandinista da bancada da UNO na qual constituiu-se uma aliança majoritária entre Alfredo Cesar, presidente da UNO na Assembléa Nacional e os partidários de Virgilio Godoy, vice-presidente da República.

O fato de que a bancada sandinista tenha se retirado da Assembléa Nacional diminuiu sua legitimidade e reforça o executivo, partidário de um desmantelamento progressivo das conquistas revolucionárias. Por outro lado, a direção da FSLN, aliando-se ao executivo, procura mediante concessões impedir a realização da unidade da UNO e assim atenuar seus ataques. A dupla Chamorro-Lacayo busca, por sua vez, moderar a FSLN ao mesmo tempo que segue sua política de isolar a contra-revolução armada. Hoje há, pois, mais uma guerra de posições do que uma guerra de movimentos. Entretanto, os elementos de instabilidade são tais que a situação pode modificar-se logo após o Congresso.

Um balanço autocrítico

Como introdução ao I Congresso, a Direção Nacional apresentou um balanço escrito da luta revolucionária na Nicarágua em geral, e dos últimos doze anos em particular. Este documento constitui uma verdadeira contribuição à compreensão da estratégia da Frente apesar de suas evidentes lacunas. Com toda razão, o balanço menciona que: "Com este informe se contará com uma ferramenta para entender e valorizar mais o esforço da FSLN e sua condução da luta para abrir um novo horizonte para o povo da Nicarágua". O texto reafirma que desde suas origens a revolução tinha uma orientação socialista e a direção da Frente era marxista-leninista.

Contém uma pertinente explicação do refluxo da revolução: "A política da agressão contra a Nicarágua, praticada por sucessivos governos dos EUA, foi o principal fator de erosão e desgaste do nosso projeto revolucionário. A partir de 1981 o modelo sandinista viu-se profundamente afetado pela guerra de agressão, que conduziu à militarização da economia e da sociedade. A FSLN caiu em práticas estranhas ao compromisso democrático do sandinismo, que acentuaram sua tendência verticalizadora. Por outro lado, a profunda crise econômica e social em que entraram os países socialistas incidiu na capacidade do sandinismo para contrarrestar os diversos efeitos da guerra".

O documento insiste com ênfase na justiça da autocrítica que a Assembléa Sandinista procedeu em EL Crucero, em junho de 1990 sob a pressão de importantes lutas sociais: "Independente de que alguns de nossos problemas internos tenham raízes objetivas, devemos nos submeter à crítica como condição necessária para erradicá-los e, além disso, porque em muitos casos foram agravados por atitudes e estilos pessoais ou coletivos. A Direção Nacional (...) assume a responsabilidade principal de não haver corrigido adequadamente estas práticas e, em alguns casos, de tê-las reforçado".

De maneira desordenada, a direção menciona o autoritarismo, a falta de sensibilidade frente às posições e inquietudes da base, o sufocamento da crítica, os estilos burocráticos da direção, o sectarismo nas organizações de massa, a excessiva profissionalização das estruturas do partido, a preferência dada às responsabilidades administrativas etc. A parte referente aos erros quanto ao campesinato é particularmente interessante. Permite a FSLN começar a compreender porque uma parte do campesinato passou para o lado da "contra-revolução", sobretudo uma parcela dos camponeses pobres e os pequenos proprietários. No que se

refere à política seguida logo após a derrota eleitoral, a insistência na necessidade do diálogo e da ação com a base camponesa da contra-revolução é um fator positivo.

As debilidades do balanço

As principais debilidades do texto residem sobretudo no que não foi dito. Há uma ausência total de referência ao armamento generalizado dos civis como meio utilizado pela revolução para defender e consolidar as conquistas. E com razão, tanto em sua prática como em seu novo programa, a FSLN atua e se pronuncia pelo desarme total dos civis. Isto constitui o abandono de um aspecto vital das conquistas revolucionárias. Também nada foi dito sobre o balanço dos Comitês de Defesa Sandinista, que se hoje desapareceram, jogaram um papel essencial na mobilização popular até 84-85. Da mesma forma, nada foi dito da ausência da política de controle operário nas fábricas, nas empresas de serviço e nas explorações agrícolas.

Na verdade, tanto o balanço da Frente como seu novo programa limitam o horizonte democrático às instituições democráticas burguesas, que se constituem em um progresso formidável em relação a um século de ditadura oligárquica, são um limite terrível para a democracia política e social. Um dos erros da FSLN nos últimos anos consiste em se negar a levar mais longe a luta pela democracia.

Por outro lado, o balanço da FSLN não critica as medidas de ajuste monetário e econômico tipo FMI praticadas pelo governo sandinista sobretudo a partir de junho de 88 e continuadas pelo governo da UNO. Isto permite a vários dirigentes sandinistas apoiarem a política econômica de Lacayo e felicitarem-se por seus êxitos em matéria de estabilização da inflação ao preço do agravamento da recessão econômica.

As instâncias de decisão

Um dos temas mais debatidos durante o Congresso refere-se a direção. A Direção Nacional passada conseguiu convencer os delegados a eleger a nova direção em bloco. A antiga direção foi reeleita sem mudanças reais, pois os dois novos membros, René Nunez e Sergio Ramirez, já de certa forma participavam da direção, o primeiro como secretário e o segundo como chefe da fração parlamentar. A Direção Nacional passada queria assim reafirmar sua unidade e evitar a não reeleição de alguns de seus membros, particularmente daqueles criticados pela base.

No entanto, logo após a votação, Daniel Ortega, como secretário geral, assumiu o compromisso de que no próximo congresso os membros da Direção Nacional serão eleitos individualmente. Mas esta manutenção do comportamento verticalizado apareceu concretamente quando, em um intervalo do Congresso, Daniel Ortega dirigiu-se a uma multidão reunida na Plaza de la Revolución para comemorar o XII aniversário do triunfo revolucionário. Ortega propôs à multidão ratificar a composição da nova direção, quando, no entanto, o Congresso não havia começado a votar!

Um sinal da vitalidade da FSLN foi a atribuição de verdadeiros poderes para a Assembléa Sandinista (AS), comparáveis aos de um comitê central. A composição da nova AS é particularmente interessante porque ela foi renovada amplamente, com dirigentes das organizações populares na cabeça da chapa. Vários dirigentes sandinistas moderados e/ou conselheiros próximos aos comandantes não foram reeleitos.

Vibrante internacionalismo

A fibra internacionalista dos sandinistas se expressou com entusiasmo em diferentes momentos do Congresso, em especial quando fizeram uso da palavra Osmani Cienfuegos, membro do Buro Político do PC Cubano; Lula, presidente do PT e, Joaquim Villalobos, membro do Comando Geral da FMLN salvadorenha. A orientação internacionalista esteve da mesma forma presente no balanço da direção e nas posições expressas por Daniel Ortega.

O Congresso decidiu lançar a convocatória de uma reunião da solidariedade internacional, para outubro de 1991 em Manágua. Esta iniciativa deverá permitir, assim esperamos, revitalizar a solidariedade com a revolução nicaraguense, centroamericana e caribenha em geral. □

Eric Toussaint é jornalista do La Gauche, órgão da seção belga da IV Internacional, e participou como observador do I Congresso da FSLN.

A antiga direção nacional foi reeleita praticamente sem mudanças reais mas a Assembléa Sandinista, com poderes semelhantes aos de um comitê central, foi amplamente renovada.

Lula, Osmani Cienfuegos do PC Cubano e Joaquim Villalobos da FMLN foram efusivamente saudados pelo Congresso.

Crise e esperança

INPRECOR



Imprecor - Correspondência de Prensa Internacional para América Latina. Secretariados Unificados da Quarta Internacional.

Revista mensal em castelhano. Nº 16, setembro de 1991. Dossiê sobre os acontecimentos na URSS (artigos de Catherine Verla, David Seppo, Paul Larsen, entrevistas de Boris Kagarlitski, Nikolai Preobrazhenski e Andrei Koganov), dossiê sobre o I Congresso da FSLN (artigo de Eric Toussaint e discursos de Daniel e Humberto Ortega), artigos sobre a esquerda revolucionária no Uruguai, artigo de Bráulio Chávez sobre as vésperas da Constituinte no Paraguai e entrevista de Edgar Ramirez sobre o processo de convergência da esquerda socialista no México. Cr\$ 1.000,00



Estratégia - Uma saída para a crise

Um livro de referência para os debates no PT, foi composto a partir das contribuições do seminário promovido pelo Instituto Cajamar em outubro de 1990. Contribuições de César Benjamim, René Dreifuss, Paulo Vannuchi, João Machado, Rosiver pavan, Sílvio Caccia Bava, João Pedro Stédile, Luiz Soares Dulci, Walter Barelli, Sérgio Murillo Pinto, João Quartim de Moraes, Ernesto Cisneiros, Perseu Abramo. José Dirceu, Rui Falcão. Cr\$ 6.000,00



História da Comuna de 1871 - Prosper Olivier Lissagaray

Escrito ao longo de três décadas, este clássico de sucesso internacional da literatura francesa do trabalho - teve a sua versão para o alemão revisada por Marx - recebe primorosa publicação da Editora Ensaio em comemoração aos 120 anos da Comuna. Hyppolythe Prosper Olivier Lissagaray foi um *communard* ("não como membro oficial, funcionário ou empregado da Comuna", mas "simplesmente um das fileiras", como se auto definiu) viu assim a Comuna: "foi, sem dúvida, apenas um combate de vanguarda, onde o povo ... não pode desenvolver suas idéias, nem suas legiões", mas cuja potência foi saber e proclamar: "Estamos aqui pela Humanidade". Cr\$ 10.000,00

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg.MTb nº 18663 DRT/SP

Equipe de Edição: Adelalde Jóia, Jose Correa Leite, Juarez Guimarães.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031; **Vitória:** Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921; **Salvador:** Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jomais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 6.000,00 () Apoio Cr\$ 10.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05404 - mSão Paulo - SP

(continuação da página 24)

lógica. Finalmente nega-se a "reduzir o trabalho do homem e o próprio homem à condição de uma simples mercadoria", e constata que em numerosos países "ainda estão em vigor as práticas do capitalismo das origens, em uma situação cuja "crueldade" nada deve a dos momentos mais negros da primeira fase da industrialização".

Poder-se-ia continuar reproduzindo citações neste sentido. Sem dúvida, serão utilizadas (e com toda razão) como munições bem recebidas pelos cristãos e pelos sindicalistas que lutam, na América Latina e na Europa do Leste, contra a política do FMI, os conselhos econômicos norte americanos e os programas neoliberais de austeridade, desemprego e miséria.

Resta ver, no entanto, qual é a alternativa proposta por Karol Wojtila a esta civilização alienada, "orientada para o ter e não para o ser". Duvidamos que esta alternativa seja o socialismo: João Paulo II denuncia não só os regimes totalitários do "socialismo real", mas também a própria idéia de uma sociedade socialista fundada no "repúdio à propriedade privada". Contrariamente ao que sentem os teólogos da libertação, rechaça a luta de classes (porque a mesma exclui "um acordo razoável") e rechaça "um impossível compromisso entre marxismo e cristianismo".

Pareceria, pois, que o Papa não dá razão nem ao capitalismo nem ao socialismo, nem ao liberalismo e nem ao marxismo, para preconizar uma terceira via, uma economia e uma sociedade fundadas na "convivência" e na busca do "bem comum".

No entanto, uma leitura atenta do documento revela que não se trata de uma terceira via: o que propõe João Paulo II - como seu predecessor Leão XIII, após-tolo da conciliação entre o capital e o trabalho - não é outra coisa se não um impossível "capitalismo de rosto humano". Isto é, um capitalismo sem "crueldade", sem excessos, "emoldurado em um firme contexto jurídico", moderado pela intervenção do Estado e pela benévola caridade da Igreja.

Sem alternativas

O contraste entre o rigor da condenação moral e a insignificância dos remédios propostos é flagrante. Porém, isto corresponde à lógica tradicional da doutrina social da Igreja que, enquanto crítica os atos mais escandalosamente desumanos do sistema (no que se distingue efetivamente do liberalismo burguês), não concebe outra alternativa que um capitalismo tomado mais "caridoso" pela moral cristã...

É neste sentido que temos que interpretar o teor social real da encíclica *Centesimus Annus*, que legítima em última instância, o mercado, o papel da ganância e a propriedade privada dos meios de produção - à condição de que estejam "orientados para o bem comum"; que aceita, pois a lógica fundamental do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que propõe, pudicamente, chamá-lo com outro nome: "seria mais apropriado, falar de economia de empresa, ou de economia de mercado, ou simplesmente de economia livre." Como se uma mudança de nome - ou a substituição de um governo liberal por um democrata-cristão - mudasse algo da natureza do sistema e de sua lógica de opressão, alienação e exclusão ...

Neste contexto, não é surpreendente que a opção preferencial pelos pobres - o lema dos cristãos que se posicionaram, na América Latina ou em outras partes do mundo, ao lado das lutas dos pobres por sua autoemancipação - se torne em João Paulo II, simplesmente "uma forma especial de prioridade na prática da caridade cristã".

Os marxistas reconhecem como seus irmãos de luta os cristãos que, como Frei Beto ou Leonardo Boff, escolheram o campo dos explorados e oprimidos, contra o capital e contra o imperialismo. Negam-se, por outro lado, a alimentar ilusões nas encíclicas romanas, de Leão XIII a João Paulo II ...

Nem Papa, nem César nem Tribuno: cabe aos párias da Terra libertarem-se a si próprios! □

IMPRESSO

Roma contra Wall Street?



Michel Lowy

Nem sempre é fácil localizar o Vaticano no tabuleiro político internacional: aliado de Reagan no combate contra a Nicarágua Sandinista, condena a guerra do Golfo de Bush; defensor dos direitos humanos frente às ditaduras, tenta impor na Polónia (contra a maioria da opinião pública) a proibição do aborto (que se atreve a comparar, em um revelador escorregão, com o genocídio dos judeus!); ao mesmo tempo que denuncia a pobreza e a exploração do Terceiro Mundo, não deixa de perseguir e sancionar àqueles que, como os teólogos da libertação, se comprometem efetivamente com a luta dos pobres.

Em seu conjunto, o pontificado de João Paulo II constitui, sem dúvida alguma, uma tentativa de "restauração" doutrinária e de poder no interior da Igreja. Isto se traduz, com uma particular virulência, no que se diz respeito à moral sexual e aos direitos da mulher, como os direitos à anti-concepção, ao divórcio e à interrupção da gravidez. O método utilizado para fazer passar esta "linha" é a sistemática nomeação, seja na Europa (Sautzburgo, Colonia, Namur), seja na América Latina (Recife), de bispos ultraconservadores (às vezes impugnados pelo clero e os fiéis de suas paróquias), adversários reconhecidos de toda abertura e incondicionais partidários do "magistério romano". Novamente o Vaticano tenta impor o velho princípio *Roma locuta causa finita*, ("Roma falou, a discussão terminou"); e utiliza todo seu poder para calar aqueles que, como o teólogo brasileiro Leonardo Boff, não seguem esta regra autoritária.

A nova encíclica Centesimus annus propõe um impossível "capitalismo de rosto humano", moderado pela intervenção do Estado e pela benévola caridade da Igreja.

Ética do catolicismo

Isto não impede que, em certas questões que tocam à economia e à sociedade (ou à paz e à guerra), o Vaticano possa tomar posições críticas (neste contexto, a palavra "progressista" não é a palavra conveniente) em relação ao consenso imperialista ocidental. Para tentar ver claramente no interior destas contradições e ambiguidades, seria interessante examinar de perto a última encíclica de João Paulo II, *Centesimus Annus* que comemora o centésimo aniversário da célebre *Rerum Novarum* de Leão XIII. Acolhido por um coro quase unânime de louvor à direita e à esquerda, este documento conheceu poucas críticas (uma das felizes exceções é o artigo de Daniel Singer, "Polonesa papal", publicado na edição de 27 de maio passado de *The Nation* e do qual retomamos certos elementos de análise). Este documento reforçou a imagem do Papa como autoridade moral acima dos blocos e dos sistemas existentes.

Celebrando o fim dos regimes "socialistas" e do "ateísmo marxista", João Paulo II diz, entretanto, que "Não se pode aceitar a tese de que o fracasso do "socialismo real", como é chamado, deixa como opção única o modelo capitalista de organização econômica."

Para entender melhor esta posição, recordemos as análises desenvolvidas pela sociologia das religiões de Max Weber: existe uma tensão profunda entre a ética do catolicismo e o funcionamento reificado (transformado em coisa), impessoal e anônimo do capitalismo, que deixa pouco terreno à intervenção moralizadora da Igreja. Desde Tomás Morus até nossos dias, a crítica do "capitalismo liberal" é uma velha tradição do pensamento católico.

Fiel a uma cultura e a valores pré-capitalistas, o Vaticano pode dar-se ao luxo, em 1991, de ter uma visão mais realista das coisas que a dos ideólogos néo-liberais da "nova ordem mundial" de George Bush. Contrariamente ao que apregoam os oficiais da nova religião de mercado, Roma compreende que a Europa do Leste e o Terceiro Mundo se encontram confrontados ao rosto mais sinistro do sistema capitalista.

Rosto humano?

Uma leitura seletiva e unilateral do documento poderia, inclusive, criar a impressão de que o papa se opõe ao capitalismo, na medida em que considera como legítima "a luta contra um sistema econômico entendido como método para assegurar a primazia absoluta do capital, da propriedade dos meios de produção e da terra sobre a liberdade e a dignidade do trabalho do homem".

O documento condena não só a corrida armamentista e a destruição do meio ambiente mas, também, a desumana exploração do Terceiro Mundo e sua redução a um "tratamento quase servil", a descolonização que deixa "setores decisivos da economia nas mãos de grandes empresas estrangeiras", os regimes chamados de "segurança nacional" que destroem a liberdade e os valores das pessoas, a dívida externa responsável pela "fome e desespero de populações inteiras". Leva a irreverência até o ponto de denunciar a "idolatria de mercado", que ignora todas as necessidades coletivas, todas as necessidades humanas importantes que escapam à sua

(continua na página 23)